

Universidade Federal do Pampa

Autora: Evelise Freire de Azambuja

**AS PERSPECTIVAS CONCEITUAIS DA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EVIDENCIADAS NAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PAMPA - UNIPAMPA**

Trabalho Final de Graduação

**SÃO BORJA
2010**

EVELISE FREIRE DE AZAMBUJA

**AS PERSPECTIVAS CONCEITUAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL EVIDENCIADAS NAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA**

Trabalho Final de Graduação apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Laura Regina da Silva
Câmara Maurício da Fonseca

**São Borja
2010**

EVELISE FREIRE DE AZAMBUJA

**AS PERSPECTIVAS CONCEITUAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL EVIDENCIADAS NAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA**

Trabalho Final de Graduação apresentado
ao curso de Serviço Social da
Universidade Federal do Pampa como
requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Área de Concentração: Ciências Sociais
Aplicadas

Trabalho Final de Graduação apresentado e aprovado em: 06 de dezembro de 2010
Banca Examinadora:

Prof^a. Ms. Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca
Orientadora
Serviço Social / Unipampa

Prof^a. Dr^a. Cristina Kologeski Fraga
Professora Convidada
Serviço Social / Unipampa

*Dedico este trabalho ao meu Deus que nunca desistiu de mim e me manteve sempre firme em seus propósitos.
À minha família que tem me incentivado frente aos desafios que preciso enfrentar.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, meu Senhor, dono da minha vida, minha eterna inspiração, que em todo o tempo me ajudou, mantendo meus passos firmes em direção à Sua vontade. Á Ti toda honra, glória, louvor e gratidão. Obrigada, meu Pai!

À minha guerreira mãe Fátima que sempre se preocupou comigo, me apoiando, me cuidando e dispensando o seu melhor. Me incentivou a fazer este curso. Sem o seu apoio não seria possível chegar até aqui. Obrigada por acreditar em mim e por me ensinar valores preciosos que carregarei por toda minha vida. Eu te amo!

À minha querida avó Maria, que não mediu esforços para me ajudar e me dar o melhor. Obrigado pelos seus esforços, seus auxílios e suas orações. Eu te amo!

Ao meu querido avô Edom por todas as vezes que pude contar com sua ajuda. Deus te abençoe! Eu te amo!

Ao meu precioso noivo Douglas, pela força nos momentos mais difíceis desta caminhada. Suas orações, seu exemplo e palavras de encorajamento me ajudaram a prosseguir. Você é um presente de Deus. Eu te amarei todos os dias da minha vida! Você me completa!

Aos meus preciosos tios: Alexandre e Daniela, Sérgio e Lúcia, Edom e Liane e primos: Aline, Anelise, Bruna, Paola, Thaís e Tiago que fazem parte de minha vida e nesse momento se alegram com a minha vitória. Amo vocês. Um agradecimento especial ao tio Edom e família por toda a ajuda dispensada desde o meu nascimento. Somente Deus pode retribuir. Amo vocês! Também aos tios José Freire e Magda que me ajudaram durante a minha formação acadêmica. Que Deus lhes abençoe! Recebam meu carinho e gratidão!

Ao meu Pastor João e sua família que sempre foram exemplos para mim, e têm me ensinado a cada dia a ser alguém segundo o coração de Deus. Amo vocês!

À irmã Nelci e sua família que me ajudaram nesses quatro anos de caminhada. Vocês são uma bênção. Que o Senhor os retribua. Amo vocês!

Ao pequenino Eliel, você é um presente de Deus em minha vida. A "Di" te ama!

Aos meus irmãos em Cristo da Igreja Batista Nacional pelas orações que trouxeram uma Universidade Federal para São Borja, a Unipampa. Vocês são uma bênção na minha vida. Amo vocês!

À Professora Oraides pela correção do português. Muito Obrigada pelo seu auxílio. Receba meu carinho. Que Deus te abençoe!

Aos demais professores do Colégio Adventista de São Borja que contribuíram para a construção do meu conhecimento, especialmente ao professor Albertino que acreditou em mim e me incentivou a fazer o vestibular. Recebam o meu carinho. Que Deus lhes abençoe!

À Professora Laura Fonseca pelo seu apoio, incentivo, seus conhecimentos e seu trabalho profissional. Aprendi muito trabalhando com você. Obrigada por tudo! Receba o meu carinho e minha gratidão. Que Deus te abençoe!

À Professora Cristina Fraga pelo seu apoio e seus ensinamentos. Receba o meu carinho. Obrigada! Que Deus te abençoe!

À Professora Elisângela Pessôa que muito contribuiu com seus conhecimentos e suas ações. Receba o meu carinho. Obrigada! Que Deus te abençoe!

Aos demais professores que contribuíram com seus conhecimentos e experiências para a minha formação profissional. Vocês foram peças importantíssimas neste processo. Recebam meu carinho e reconhecimento. Sucesso para vocês! Que Deus lhes abençoe!

Às minhas supervisoras de campo Prof^{as}. Eliana Cogoy, Assistente Social Carolina Ritter, Assistente Social Tatiane Maciel e Assistente Social Katiucia Pletiskaitz, vocês foram fundamentais para o meu aprendizado prático. Obrigada por toda a atenção e ensinamentos. Recebam meu carinho. Que Deus lhes abençoe!

Por fim aos meus queridos colegas que em todos estes anos estiveram comigo nesta caminhada, superando desafios, vencendo limites e agora realizando um sonho. Desejo muitas outras vitórias, muito sucesso na carreira profissional. Tenho um carinho especial por cada um de vocês. Obrigada! Que Deus lhes abençoe! Mas de um forma especial quero citar algumas colegas que fizeram parte dos meus grupos de trabalho: Aline, Dani, Karine, Letícia, Mariela, Mariele, Monique e Zuleica. Guardo vocês com carinho em meu coração. Valeram a pena nossas reflexões conjuntas e nossos momentos de “confraternização”. Que Deus lhes abençoe!

“Deus é o nosso refúgio e a nossa fortaleza, auxílio sempre presente na adversidade.” (Salmos 46:1)

“Olho nenhum viu, ouvido nenhum ouviu, mente nenhuma imaginou o que Deus preparou para aqueles que o amam.” (1 Coríntios 2:9)

“Bendiga o Senhor a minha alma! Bendiga o Senhor todo o meu ser! Bendiga o Senhor a minha alma! Não esqueça nenhuma de suas bênçãos!” (Salmos 103:1-2)

RESUMO

O presente Trabalho Final de Graduação fundamentado no método dialético crítico consiste num resgate bibliográfico cujo objetivo é comparar os aspectos conceituais da política de assistência social brasileira e os aspectos teórico-práticos da política de assistência estudantil da Universidade Federal do Pampa – Unipampa, apreendendo assim suas principais semelhanças. Esta temática foi escolhida a partir da prática do Estágio Supervisionado em Serviço Social realizado na Unipampa na área de assistência estudantil. Parte-se do pressuposto de que ambas as políticas voltam a sua atenção para os indivíduos em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica, objetivando suprir suas necessidades mais prementes. Embora a execução destas políticas ocorra em universos diferenciados, evidencia-se as mesmas manifestações da questão social que precisam ser decifradas e atendidas. Os históricos tratados neste trabalho possibilitam uma melhor apreensão do contexto social em que se dá o surgimento e desenvolvimento das políticas aqui tratadas, uma vez que há a influência dos acontecimentos passados na atual realidade. Assim, apresenta-se como resultado os aspectos análogos no atendimento e funcionamento de ambas as políticas. Por fim reflete-se sobre as possibilidades de intervenção do assistente social no campo da assistência estudantil, evidenciando sua importância enquanto profissional comprometido com a garantia de direitos e acesso às políticas sociais.

Palavras-chave: Assistência Social. Assistência Estudantil. Unipampa. Serviço Social.

ABSTRACT

This Final Graduation Work based on a critic dialectic method consists in a bibliographic rescue which objective is to compare the conceptual aspects of the Brazilian social work politics and the practical-theorist aspects of the student assistance of the Pampa's Federal University – UNIPAMPA, apprehending this way your main likeness. This thematic was chosen based on a practice of Supervised Training in Social Work realized in the Student Assistance of the Unipampa. It start from the presupposed that both politics turn your attention to the individual in a social and/or economic vulnerability situation, with the objective of supply your more pressing need. Although the execution of this politics occurs in different universes, it's evident that the same manifestations of the social affairs need to be attended and solved. The historical treated in this work make possible a better comprehension of the social context on which happen the emerging and the development of the politics treated here, because of the influence of the past happenings in the current reality. This Way, it presents by result from the identical aspects on the attending and working of both politics. By the end, it realizes about the possibilities of intervention of the social caseworker in the field of the student assistance, confirming your worth like a professional compromised with the warranty of the rights and the access to the social politics.

Keywords: Social Work Politics.Student Assistance.Unipampa.Social Work.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pampa em 2010.....	42
Tabela 2: Comparativo entre os principais programas das políticas de Assistência Social e Assistência Estudantil da Unipampa.....	56

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CF – Constituição Federal
CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social
CONCUR - Conselho Curador
CONSUNI - Conselho Universitário
DAE – Departamento de Assistência ao Estudante
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB - Lei Brasileira de Assistência
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC - Ministério da Educação
NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB-RH/SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
PBDA - Programa Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico
PBP - Programa Bolsas de Permanência
PGRM - Programa de Garantia de Renda Mínima
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNAES – Política Nacional de Assistência Estudantil
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PRAEC – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários
PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
REUNI – Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UFMS - Universidade Federal de Santa Maria
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa
URCAMP - Universidade Regional da Campanha

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DA PRÁTICA DO FAVOR À IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO.....	16
2.1 Um breve histórico da assistência social brasileira	16
2.2 Princípios inovadores na assistência social pós-Constituição de 88.....	23
2.3 Programas de transferência de renda não contributivos: seus rebatimentos na sociedade atual.....	29
3. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR.....	36
3.1 Histórico da assistência estudantil brasileira.....	36
3.2 Universidade Federal do Pampa: ampliação do ensino superior brasileiro.....	41
3.3 Programas de assistência ao estudante executados na Unipampa.....	46
4. ASPECTOS CONCEITUAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PRESENTES NAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIPAMPA.....	50
4.1 Assistência Social X Assistência Estudantil da Unipampa: uma semelhante realidade?.....	50
4.2 Possibilidades do trabalho interventivo do assistente social na política de assistência estudantil da Unipampa	58
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	67

1 INTRODUÇÃO

O referido Trabalho Final de Graduação em Serviço Social consiste numa pesquisa de caráter bibliográfico e documental, do tipo exploratória que segundo Gil (1999) tem como finalidade desenvolver, modificar e esclarecer determinados assuntos, buscando uma visão aproximada do que se pretende pesquisar.

O tema para a realização deste, advém do processo vivenciado no Estágio Supervisionado em Serviço Social, realizado na área da assistência estudantil da Universidade Federal do Pampa. Num primeiro momento, teve-se a aproximação com o trabalho do assistente social na gestão da política que ocorre na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários - PRAEC da universidade.

Já num segundo momento, obteve-se a aproximação com a prática do assistente social na execução desta política, mais precisamente, no Campus São Borja. Neste período, foram coletados materiais sobre a temática da assistência estudantil para uma melhor apreensão desta realidade e posteriormente para formulação de novos estudos.

Nos momentos de diálogo, leituras e orientações referentes ao estágio, compreendeu-se que a política de assistência estudantil possuía reflexos da política de assistência social, porém era executada em outro universo influenciado pelas mesmas manifestações da questão social.

Desta forma, o presente trabalho tem como objeto de estudo as duas políticas em seus contextos históricos e sociais. O problema a ser respondido nesta pequena reflexão pode ser resumido em: Quais os aspectos conceituais da assistência social que são identificados nas ações de assistência estudantil da Unipampa?

O objetivo geral consiste em analisar o campo conceitual da assistência social e os aspectos teórico-práticos da assistência estudantil na Unipampa, no intuito de conhecer os reflexos do primeiro sobre as ações do segundo; enquanto que os objetivos específicos referem-se a traçar um percurso histórico da assistência social no Brasil bem como da assistência estudantil com vistas a conhecer em que realidades ambas foram criadas; averiguar os princípios da política de assistência social, com vistas a destacar o mais evidenciado na assistência estudantil dessa

universidade e desvelar os aspectos negativos da assistência social que tem sido reflexo nas ações da assistência estudantil dessa instituição para propiciar uma maior apreensão das mudanças necessárias nesta última.

A importância da execução deste trabalho, primeiramente, vincula-se a sua relevância, uma vez que não se tem conhecimento de outros que proponham esta análise. Também se dá no sentido de permitir aos usuários da política de assistência estudantil uma maior apreensão deste direito para propor melhorias, fazer críticas e contribuir para a qualificação do atendimento.

A temática da assistência estudantil não têm sido muito explorada na atualidade, embora ocupe um espaço central no que se refere à permanência do aluno no ensino superior, proporcionando uma formação de qualidade e ao mesmo tempo evitando a evasão.

Este trabalho, por sua vez, visa a apresentar um estudo do tema já explicitado, para auxiliar em posteriores estudos e vislumbrar os desafios que precisam ser vencidos para a efetivação de uma política de assistência estudantil entendida como direito do aluno e não como favor.

Outro ponto relevante está no fato de contribuir também com a comunidade acadêmica no entendimento da assistência estudantil além de práticas assistencialistas, por isso faz-se necessário um estudo preliminar sobre a assistência social e seus rebatimentos dentro da própria universidade.

É importante ressaltar que tanto a política de assistência social como a política de assistência estudantil tem como objetivo garantir os mínimos sociais à sua população usuária, através de programas e benefícios, buscando fortalecer os sujeitos usuários em suas relações, garantindo-lhes o acesso aos seus direitos.

No que tange à metodologia do trabalho, que segundo Minayo (2007) compreende o método, as técnicas utilizadas e a experiência do pesquisador, pode-se dizer que ele utiliza-se do método dialético crítico para apreensão e desvendamento da realidade.

O método dialético crítico considera a totalidade dos fatos, ou seja, as relações implícitas em cada acontecimento, suas contradições e processo histórico de mudanças. Uma vez que ele nos incita a olharmos o passado a partir das situações presentes (KONDER,2008), é de suma importância a realização de um

percurso histórico daquilo que se quer pesquisar. Assim, apreendem-se as relações existentes em cada período e as contradições coexistentes em cada processo, que ao longo do desenvolvimento, alteram e modificam a realidade a ser estudada.

Essencialmente, para elaboração deste estudo, foram utilizadas como técnicas o levantamento bibliográfico e documental (LAKATOS, 2010) referente às políticas em destaque, além dos conhecimentos adquiridos através das observações como estagiária e bolsista da PRAEC, no intuito de responder ao problema de pesquisa.

Como exemplos de bibliografias e documentos citam-se referências de livros sobre a área de assistência social, artigos, dissertações e teses sobre assistência estudantil e assistência social, legislações, sites do governo federal e da Unipampa e reportagens sobre as temáticas em meio eletrônico.

Porém, várias referências foram retiradas do meio eletrônico uma vez que a assistência estudantil não tem encontrado espaço privilegiado nas publicações atuais. Portanto os materiais pesquisados foram coletados, analisados e interpretados com o objetivo de responder ao problema de pesquisa e contribuir para o entendimento da temática aqui tratada.

Esses dados foram coletados desde o período de estágio, como anteriormente explicitado, apreendidos através de anotações sobre ideias e conceitos julgados importantes para elaboração do texto, sempre na linha de responder ao objetivo geral desta pesquisa.

Os principais autores utilizados na área de assistência social são: Berenice Rojas Couto, Maria Ozanira Silva da Silva e Aldaíza Sposati, além do próprio Governo Federal, suas publicações e as Constituições Federais Brasileiras. Já na área de assistência estudantil utilizou-se algumas produções da autora: Ana Cristina Brito Arcoverde além de planos e decretos elaborados pelo próprio governo.

Contudo, vale dizer que o conceito de política social adotado como norteador de ambas as políticas é o da autora Potyara A. P. Pereira que a compreende como instrumento de efetivação de direitos porém conformado em meio a contradições sociais existentes, entre embates de classes, para sua plena efetivação.

Dessa forma, inicia-se o trabalho com um breve histórico da política de assistência social no Brasil levando em conta as principais conquistas em cada

período. A seguir dá-se relevância aos instrumentos legitimadores de direitos da assistência social pós-Constituição de 88 e logo após toma-se como foco os programas de transferência de renda não contributivos, tidos hoje como principal eixo da política de assistência social.

Este histórico auxilia no entendimento do contexto em que se dá o desenvolvimento da assistência social como política e direito social, os instrumentos legitimadores dizem respeito às legislações e formas de organização que trazem um caráter inovador a esta política antes vista como caridade, ajuda, benemerência.

No último subcapítulo optou-se por falar dos programas de transferência de renda, uma vez que eles estão inseridos na política de assistência social e guardam similaridades mais próximas com a assistência estudantil da Unipampa, cujos benefícios consistem também no repasse direto de renda com condicionalidades.

Após estas discussões, visualiza-se no próximo capítulo um pequeno histórico da política de assistência estudantil no Brasil, partindo para o surgimento da Unipampa no estado do Rio Grande do Sul evidenciando suas principais características de funcionamento além das ações executadas no âmbito institucional.

O histórico é de suma importância para direcionar a discussão e permitir a apreensão do contexto e das transformações ocorridas em sua estrutura. Ao partir para a análise da Unipampa pretende-se situar o foco de abrangência em que se dá a política aqui tratada e por último as ações de assistência estudantil executadas nesta instituição. Tudo isso para oferecer subsídios na discussão posterior entre as duas políticas tema deste trabalho.

Já no último capítulo, articulam-se os aspectos conceituais existentes na política de assistência social e os aspectos teórico-práticos da assistência estudantil da Unipampa, traçando os principais reflexos da primeira sobre a segunda. Além disso, faz-se uma breve análise da possibilidade de intervenção do assistente social na execução da política de assistência ao estudante.

Por fim, as considerações finais demonstram uma síntese dos resultados apreendidos a partir da análise de todos os pontos destacados no decorrer do trabalho, e um breve comentário sobre a experiência de ensino aprendizagem destes quatro anos de formação profissional.

2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DA PRÁTICA DO FAVOR À IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO

A assistência social esteve presente no Brasil desde o início de sua formação, embora não exercida como direito social nem efetivada como política pública. Esta era realizada pela igreja ou pela própria sociedade, no intuito de atender às necessidades da população que não tinha condições de prover sua própria subsistência.

Algumas nomenclaturas como caridade, filantropia, benemerência, ajuda e favor permearam a prática assistencial brasileira em toda a sua história. Contudo, devido às mudanças ocorridas no andamento da sociedade, principalmente na área econômica, surgiram regulamentações para a assistência social.

Muitos debates e lutas ocorreram pela criação de uma política de assistência social, garantida como direito social e dever do Estado. Esta conquista se efetivou somente com a promulgação da Constituição de 1988.

Neste sentido, o presente capítulo procura fazer um breve histórico da assistência social no Brasil, evidenciando algumas instituições assistenciais criadas em cada período, a seguir aborda sobre as legislações e princípios criados pós-Constituição de 88 que deram um novo rumo a esta política e por fim dá relevância aos programas de transferência de renda, seu surgimento, formas de acesso e critérios exigidos para recebimento destes.

2.1 Um breve histórico da assistência social brasileira

A prática da assistência social, historicamente tem sido vista como uma ação clientelista e paternalista, associada às primeiras damas, considerando o usuário como assistido e não como detentor de um direito (ANGELIM, 2002)

Estas ações permearam a sociedade brasileira por muito tempo, levando aqueles que dela se utilizavam à uma condição de dependência, focalizados como pobres, indigentes, não vistos como parte da sociedade.

No contexto brasileiro, início do século XIX, segundo Couto (2006) não havia preocupação com o atendimento das necessidades da população na área social, pois os trabalhadores e escravos que trabalhavam para os grandes proprietários de terra tinham sua subsistência provida por seus patrões.

Enquanto isso, a população que não estava ligada aos grandes proprietários ficava à mercê da caridade realizada pela Igreja, que por sua vez não contava com a intervenção do Estado na execução dos favores.

Estes indivíduos eram considerados assistidos e não sujeitos de direitos. Sendo assim, este “traço clientelista e vinculado à benemerência apresentou-se persistente por muitos anos na política assistencial brasileira” (COUTO,2006, p.103) conformando a assistência social como sendo uma prática voltada aos pobres para atendimento de suas necessidades imediatas.

Desde o final do século XIX, um juiz da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, Ataulpho Nápole de Paiva escreveu livros sobre assistência pública e defendeu esta assistência por parte do Estado, prestada aos indigentes que não tinham como prover sua subsistência (SPOSATI, 2007). Mas devido à realidade da época, essas ideias não foram aceitas.

Até a década de 1930 no país, pode-se dizer que a pobreza não era vista como manifestação da questão social, esta entendida como “a expressão das desigualdades sociais produzidas e reproduzidas pela dinâmica contraditória das relações sociais,e, na particularidade atual, a partir das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado, no atual estágio mundializado do capitalismo contemporâneo” (RAICHELIS,2006,p.17), mas tratada como caso de polícia pelo Estado e vista de acordo com Gimenes (2006) como disfunção individual.

Não havia neste período uma legislação que garantisse a assistência social como direito da população. Segundo Sposati (1989) aqueles que possuíam a condição de disfunção pessoal devido à situação de pobreza eram encaminhados para asilamento ou internações.

Com o aceleração da industrialização, deu-se início à ocupação dos grandes centros urbanos pela população rural em busca de melhores condições de vida. Este período tem como modo de produção o capitalismo, que pressupõe a existência de duas classes: capitalistas e trabalhadores. Os primeiros detêm os meios de produção e a matéria-prima para produção de mercadorias, já os segundos possuem apenas a sua força de trabalho para empregar neste processo.

Os trabalhadores então, eram obrigados a vender sua força de trabalho aos capitalistas para garantir sua subsistência, sem a existência de legislações eficazes que garantissem condições dignas de trabalho e medidas de proteção. A mão de obra operária era explorada pela classe dominante com o intuito de gerar mais lucros:

Essas condições de trabalho e existência tornam necessária a organização do proletariado para sua defesa. Defesa que se centrará na luta contra a dilapidação, pelo trabalho excessivo e mutilador, de seu único patrimônio, cuja venda diária permite sua sobrevivência e reprodução (IAMAMOTO, 2003, p.130).

A partir deste momento as expressões da questão social passam a ser evidenciadas na sociedade através dos movimentos sociais por parte do operariado, que diante das formas abusivas do capital para obtenção de lucro, passam a subordinar os trabalhadores a terríveis condições de existência.

Com isso as manifestações da classe trabalhadora por melhores condições de vida começam a ameaçar o andamento da sociedade. Diante disso, tem-se a necessidade da criação de leis para atendimento de suas reivindicações e conseqüentemente o retorno à paz social (IAMAMOTO, 2007).

Segundo Iamamoto (2008) a questão social além de abarcar as manifestações de desigualdade geradas pelo capitalismo, deve compreender as formas de rebeldia e resistência dos sujeitos que vivenciam suas expressões e resistem a elas através de suas mais variadas formas.

A partir da década de 30, quando Getúlio Vargas assumiu o poder, criaram-se várias legislações e medidas de assistência social para atender à classe trabalhadora, com o objetivo de amenizar estas tensões sociais e dar legitimidade ao

Estado. Isso caracterizou-se como um “Estado social autoritário que buscava sua legitimação em medidas de cunho regulatório e assistencialista” (COUTO,2006,p.96).

É nesse momento que se dá a exigência de novas formas de enfrentamento da questão social, em que a presença do Estado se faz necessária para o atendimento das demandas da população de forma mais eficaz e regular.

Nessa época de acordo com Silva (2008), tem-se o início da criação de um sistema de proteção social brasileiro. Este

consiste na ação coletiva de proteger indivíduos contra riscos inerentes à vida humana e/ou assistir necessidades geradas em diferentes momentos históricos e relacionadas com múltiplas situações de dependência (VIANA & LEVCOVITZ, 2005, p.17).

Segundo Jaccoud (2009) estes riscos poderiam ser ocasionados por doença, morte, desemprego ou velhice. Desta forma, as políticas integradas ao sistema de proteção social atenderiam às necessidades dos cidadãos.

Contudo, ser cidadão neste momento significava ter carteira assinada e pertencer a um sindicato, já para o sujeito pobre ou desempregado continuavam restantes as obras de caridade e caráter filantrópico como ressalta a Constituição de 1934:

Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais cuja orientação procurarão coordenar (CF, 1934, Art.138).

O primeiro ato do governo de Getúlio Vargas foi a criação do Ministério do Trabalho que

tinha como função harmonizar as relações entre os que dão e os que recebem o trabalho, devendo, na República Nova, se esforçarem todos para substituir o conceito de luta de classes pelo de conciliação (CARONE, 1991, p.25 apud COUTO, 2006, p.95).

Ou seja, percebia-se a necessidade de conciliar os interesses das classes existentes para a manutenção do poder. Portanto, o Estado de alguma forma criava estratégias para atender as reivindicações da sociedade, e de outra agia de forma coercitiva para que os interesses da população não atingissem os propósitos da classe dominante que ocupava o poder.

Após a criação do Ministério do Trabalho, a primeira regulação de assistência social no Brasil foi a criação do Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS em 1938, cuja função, segundo Gimenes (2006) era subsidiar subvenções às organizações que prestavam amparo social, centralizando e organizando as práticas assistenciais do país. Este conselho foi criado

como um dos órgãos de cooperação do ministério da Educação e Saúde, passando a funcionar em uma de suas dependências, sendo formado por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica e substituindo o governante na decisão quanto a quais organizações auxiliar (MESTRINER, 2008,p. 57-58).

Já como uma instituição importante na área da assistência social tem-se a criação da Legião Brasileira de Assistência - LBA em 1942, cujo objetivo era atender as famílias daqueles que haviam ido para a guerra e em segundo lugar as famílias em situação de vulnerabilidade social. Esta instituição pública de acordo com Estevão (2006) buscava também conseguir apoio político para o governo, uma vez que em seu comando estavam as primeiras damas.

Alguns anos mais tarde, em 1946, um decreto-lei da presidência da República oficializou a criação da Fundação Leão XIII, como uma instituição assistencial voltada para a população das favelas existentes no Brasil. Seu trabalho voltou-se para a promoção de Serviços de Saúde e Serviços Sociais (IAMAMOTO, 2003).

Nos anos que se seguiram, a preocupação do Estado voltou-se também para a manutenção da ordem através do controle social, todavia não existiram mudanças significativas no campo da assistência social.

Durante a década de 50, a ênfase do governo foi dada ao campo econômico, objetivando garantir formação profissional à população e então viabilizar o crescimento neste setor. Já no período da ditadura, o sistema de proteção social iniciado na década de 30, de acordo com Silva (2008) é expandido e consolidado, nele a garantia de direitos servia como compensação ao arbítrio e à repressão dispensados contra a sociedade.

Pode-se visualizar, neste momento, a unificação da Previdência Social e da Assistência Social como forma de controlar a garantia de benefícios e da população que contribuía para estes atendimentos. Contudo, nesta época havia pouco repasse de recursos às instituições de assistência social.

Diante dessa realidade, pode-se dizer que até a década de 30 a assistência era vista “como um gesto de benevolência e caridade para com o próximo” (SPOSATI,2003,p.42). Já com a expansão do capital o Estado passa a utilizá-la sob duas formas: uma “para enfrentar politicamente a questão social; outra para dar conta de condições agudizadas de pauperização da força de trabalho” (SPOSATI,2003,p.41)

Após as mudanças ocorridas em toda a história brasileira, chega-se a um período de visível desigualdade social: a década de 80. No qual a tão prometida divisão do crescimento econômico da nação concentrou-se nas mãos de poucos. Essa realidade também abriu caminho para a efervescência de movimentos sociais que passaram a lutar contra a desigualdade social gerada pelo capitalismo.

Porém, a grande conquista das reivindicações populares foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã” por garantir direitos civis, políticos e sociais a toda a população e não a uma categoria restrita. Esta constituição concebeu a assistência social como direito social e referenciou-a como política social.

Pode-se dizer que política social é a forma de materializar e concretizar direitos sociais e atender necessidades sociais na perspectiva de cidadania ampliada. Uma vez que atende tanto aos interesses da classe trabalhadora, como

aos interesses da classe dominante e visa garantir à população níveis de renda e acesso aos recursos e serviços básicos, impedindo-lhe de cair na pobreza extrema, no abandono e no desabrigo (PEREIRA, 2008).

Entretanto, existem várias formas de efetivar estas políticas sociais, como coloca a autora, através de programas, benefícios, projetos ou serviços que atendam a população em suas necessidades. Todavia, ao mesmo tempo em que atende a classe trabalhadora, tanto a formal, a informal, como aquela que faz parte dos sobrantes considerados pelos neoliberais como resultado natural dos ajustes econômicos (RAICHELIS,2006), beneficia a classe dominante fazendo movimentar o campo econômico.

É nesse momento, que a assistência social passa a fazer parte do sistema de proteção social brasileiro, que na Constituição assume um caráter universalista. No Brasil, é conhecido como Sistema de Seguridade Social, cujo tripé é formado pelas políticas de: assistência social, para quem dela necessitar, previdência social que é voltada para aqueles que contribuem e saúde que é universal. Aqueles que não se encaixam nos critérios da previdência social, tornam-se de alguma forma beneficiários da política de assistência que não requer contribuição prévia.

Após estas conquistas, nos anos 90, o Brasil entrou para o cenário mundial de competitividade econômica, adotando como paradigma político e econômico o neoliberalismo. Este momento ficou conhecido como Reforma do Estado, e colocou obstáculos para a ampliação e garantia dos direitos sociais.

O neoliberalismo na concepção de Sell (2006) pode ser definido como uma retomada dos aspectos do liberalismo econômico que considera a autorregulação do mercado, e a mínima presença do estado, colocando-o para proteção da propriedade privada e segurança dos indivíduos. Surge para alavancar a produção e aumentar o crescimento econômico, portanto amplia-se o desemprego, reduz-se os gastos sociais, privatizam-se os órgãos estatais e criam-se leis antissindicais (IAMAMOTO,2008)

Assim este período vivenciou um corte nos gastos públicos, principalmente os voltados para a área social, efetivando o desmonte dos direitos balizados pela Constituição. Segundo Silva (2008)

a opção pelo ajuste econômico no Brasil, como em outros países, sobretudo nos denominados emergentes, teve como consequência a estagnação do crescimento econômico e a precarização e instabilidade do trabalho, o desemprego e o rebaixamento de valor de renda do trabalho, com consequente ampliação e aprofundamento da pobreza, que se estende, inclusive, para os setores médios da sociedade (SILVA, 2008, p.27).

Ou seja, enquanto o país desejou crescer na área econômica, e investiu tudo o que tinha nela, regrediu na área social, conquistada pelo conjunto da sociedade. Apesar da vitória, que foi a promulgação da Constituição de 88, mais tarde fez-se necessária a criação de outras legislações que legitimassem os direitos nela garantidos.

Com isso, o campo da assistência social, embora ainda carregue as marcas do favor, da caridade, obteve várias conquistas quanto à sua forma de organização, gestão, formulação da política e execução dos serviços, permitindo que o indivíduo se torne usuário da política e não mais um assistido.

A seguir serão apresentados os principais avanços e instrumentos da política de assistência social que colaboram para a sua inovação frente às transformações societárias, garantindo melhor atendimento de sua população usuária e uma nova visão da prática assistencial.

2.2 Princípios inovadores na assistência social pós-Constituição de 88

Como visto, a partir da Constituição de 88 tem-se mudanças expressivas no campo da assistência social. Ela passa a ser concebida como política pública, inserida dentro do sistema de seguridade social juntamente com a previdência social e a saúde, garantida como dever do Estado e direito de todo o cidadão que dela necessita, sem a exigência de contribuição (CF,1988)

Contudo, novas legislações foram criadas para reforçar os direitos já explicitados na Carta Constitucional, que apenas referenciou sobre a política, sem discuti-la de forma mais aprofundada.

Segundo Vieira (2007), cada política é uma estratégia de governo que é composta de planos, projetos, programas e vários documentos. Nesses instrumentos encontram-se as diretrizes que norteiam a execução das medidas em cada área.

No campo da assistência social criaram-se a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993, o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) em 2005 e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) em 2006.

Todas essas legislações apenas passaram a reforçar o que já estava aprovado na Constituição Federal, caracterizando, cada vez mais, a desarticulação existente entre as políticas sociais voltadas ao atendimento da população.

A LOAS, Lei nº. 8.742, foi criada em 7 de dezembro de 1993 e regulamenta a assistência social estabelecendo normas e critérios para a sua organização, mostrando que

a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando o enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (LOAS, 1993, Artigo 2º, Parágrafo Único).

Nesse sentido, percebe-se que hoje, a assistência social volta-se também para o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social e conta com a participação da sociedade na execução de suas ações. Contudo, passa a ser concebida como direito da população e não mais como um favor e o Estado tem a responsabilidade de provê-la, enquanto a sociedade apenas auxilia nesta execução. O objetivo da política de assistência social é o enfrentamento da pobreza para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Além disso, a LOAS traz como princípios que regem a assistência social

- I- supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II- universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III- respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV- igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V- divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (LOAS, 1993, Art. 4º).

Segundo Sposati (2007) os princípios e diretrizes hoje estabelecidos em texto legal da assistência social foram elaborados pela autora Potyara Pereira. Eles elevam o indivíduo à condição de cidadão e sujeito de direitos. Suas necessidades devem ser supridas, ele deve ter acesso às informações sobre novos programas, não pode ser discriminado, deve ser respeitado e ter acesso às demais políticas públicas.

Busca-se, deste modo, romper com o caráter filantrópico antes imposto a esta política. Sua inovação também se dá ao determinar como diretrizes a descentralização político-administrativa e o comando único em cada esfera do governo, a responsabilidade do Estado na garantia desse direito e a participação da população no planejamento e no controle da política de assistência social (LOAS, 1993).

Esta descentralização político-administrativa dá autonomia aos Estados, Distrito Federal e Municípios na formulação de sua própria política de assistência social, observando apenas a coordenação e normas gerais expedidas pela esfera federal (LOAS, 1993).

Já o comando único pressupõem a coordenação da política de assistência social por um núcleo em cada uma das esferas governamentais, com a existência de um órgão executivo próprio para o cumprimento de suas responsabilidades em consonância com as ações intergovernamentais (PNAS, 2008).

Para a execução deste sistema descentralizado e participativo fez-se necessária a existência de três instrumentos: Conselhos, Planos e Fundos de

assistência social em cada esfera do governo. Assim há planejamento, continuidade nas ações e presença dos usuários na elaboração e controle desta política pública.

O PNAS em conformidade com os demais instrumentos balizadores desse direito coloca a assistência social como sendo destinada aos cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos. Seus objetivos são:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (PNAS, 2004,p. 33).

Como objetivo desta política tem-se as proteções sociais básica e especial. A básica é voltada para a garantia dos direitos assistenciais enquanto que a especial atende os casos em que há violação de direitos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL,2008).

A Política Nacional consolida os “princípios, diretrizes, objetivos e ações de assistência social, em particular a Proteção Social Básica e Especial (...) e define as bases para o novo modelo de gestão da política pública de assistência social – o SUAS, aprovado em 2005” (MDS, 2008, p.41).

Já a NOB/SUAS por sua vez, de acordo com Couto & Silva (2009) apresenta as regras para o funcionamento do Sistema Único de Assistência Social. Este “é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.” (NOB/SUAS - 2005). A NOB-RH/SUAS reflete sobre a capacitação e formação dos recursos humanos, apresentando as “diretrizes para a política de gestão do trabalho do SUAS” (MDS, 2006,p.8).

É importante ressaltar que estas legislações regulam o funcionamento da assistência social em âmbito nacional. Embora esta política ainda reflita traços assistencialistas, são nítidas as mudanças e melhorias realizadas.

Conceituando então o que significa a assistência social, tem-se que:

A assistência implica uma transferência de dinheiro, bônus ou de bens de consumo, com base num pedido, e de acordo com critérios de seleção, a um indivíduo que deve provar que se encontra em estado de privação e impossibilidade de prover imediatamente a sua subsistência (FALEIROS, 2008, p.60).

Como coloca o autor, a assistência social embora seja isenta de contribuição, submete os seus serviços a critérios de seleção para proporcionar o acesso dos cidadãos a estes, provendo desta forma suas necessidades básicas.

É válido ressaltar que a rede socioassistencial estabelecida na LOAS e no PNAS é composta por benefícios, serviços, programas e projetos que visam ao atendimento das necessidades sociais dos cidadãos que não possuem meios de provê-las.

Com relação aos benefícios, a LOAS explana sobre o Benefício de Prestação Continuada – BPC, que é concedido ao portador de deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que não tenham como prover a própria manutenção. Contudo, alguns critérios devem ser observados como a renda mensal per capita da família que deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo, a realização da perícia médica pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e a não acumulação de benefícios da seguridade social pelo beneficiário (LOAS,1993).

Também indica os benefícios eventuais como auxílio natalidade, por morte ou situação de vulnerabilidade temporária que são regulamentados pelos Conselhos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Nesse caso, o critério estabelecido para recebimento do benefício também é o corte de renda da família, cuja renda mensal per capita deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo (LOAS,1993).

Nesse campo, existem também os Benefícios de Transferência de Renda que consistem no repasse de renda aos beneficiários para evitar as situações de vulnerabilidade social e permitir a emancipação e autonomia do usuário (NOB/SUAS, 2005).

Os serviços são as ações continuadas que têm como objetivo a melhoria de vida da população, dando prioridade à infância e à adolescência (LOAS,1993). Enquanto isso,

os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais (LOAS,1993, Capítulo IV, Seção IV, Art.24).

Por último, a LOAS (1993) estabelece os projetos de enfrentamento à pobreza que são investimentos econômico-sociais nos grupos populares pobres para possibilitar condições de melhoria na qualidade de vida, elevar a preservação do meio ambiente e sua organização social.

Assim é possível perceber que

o SUAS coloca benefícios, serviços e programas voltados aos usuários, na perspectiva de desenvolvimento de capacidades, de convívio e socialização, de acordo com potencialidades e projetos pessoais e coletivos, ampliando, inclusive, sua participação, quer como representação nos conselhos de assistência social, quer incentivando-os à inserção em organizações e movimentos sociais e comunitários (MDS, 2008, p.19).

Todos estes mecanismos utilizados pela política de assistência social visam à melhoria da qualidade de vida dos usuários, permitindo que o mesmo possa ter condições de sustentar sua família. Portanto, a assistência estabelece critérios de seletividade e alguns requisitos a serem observados durante o recebimento ou participação dos benefícios, serviços, projetos e programas.

O principal critério exigido é o corte de renda que deve ser relacionado à família, com renda per capita mensal inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) de salário mínimo. Além disso, são exigidas contrapartidas dos usuários para efetivar o acesso destes à política pública de assistência social.

Todavia, é importante destacar que esta política obteve avanços significativos em sua trajetória histórica, criando ações voltadas para a valorização do cidadão,

como usuário de um direito seu, tendo acesso sem ser discriminado, no intuito de obter condições de prover sua própria subsistência e possuir uma melhor qualidade de vida.

Apesar disso, existem obstáculos a serem superados e revisados para que a assistência social volte-se cada vez mais ao suprimento das necessidades da população proporcionado a existência de uma sociedade mais justa e igualitária.

No próximo subcapítulo dá-se ênfase aos programas de transferência de renda, como parte da política de assistência social e hoje tão requeridos pela sociedade para suprimento de suas necessidades mais prementes. Estes revelam avanços e retrocessos no âmbito desta política. Isso requer uma análise de sua inserção no contexto atual.

2.3 Programas de transferência de renda não contributivos: seus rebatimentos na sociedade atual

Após a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, a política de assistência social passou a ser integrada por benefícios, programas, serviços e projetos, como relatado anteriormente. Esses mecanismos objetivam atender às demandas da população usuária, enfrentar a pobreza, possibilitar o acesso aos direitos sociais e garantir os mínimos sociais a quem necessitar (LOAS, 1993)

No contexto em que se insere essa conquista, década de 90, é de suma importância ressaltar que se vivencia o advento do neoliberalismo. O mesmo ao defender a mínima intervenção do Estado no campo social, proporcionou a mudança do “foco das políticas sociais dos indivíduos para as famílias, e repasse dos benefícios em espécie para o repasse de moeda, na forma de renda mínima” (FONTENELE, 2007, p. 162-163).

Sendo assim, os programas de transferência de renda abarcados na política de assistência social

visam o repasse de recursos dos fundos de Assistência Social aos beneficiários, como forma de acesso à renda, visando o combate à fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos, que levem à situação de vulnerabilidade social, criando possibilidades para a emancipação, o exercício da autonomia das famílias e indivíduos atendidos e o desenvolvimento local (NOB/SUAS,2005, p.23)

Nesse sentido, permite que o beneficiário tenha autonomia no investimento de seu benefício, suprindo o que considera necessidade básica para ele e sua família. Ao mesmo tempo em que alteram-se as condições familiares, permite-se o desenvolvimento da sociedade como um todo, movimentando o campo econômico.

Segundo Silva (2008) é possível dividir o processo de sistematização e debate dos programas de transferência de renda no Brasil em cinco momentos distintos, mas articulados. O primeiro deles se deu a partir do ano de 1991, quando foi aprovado o Projeto de Lei nº. 80/1991, elaborado pelo senador Eduardo Suplicy. O objetivo do projeto era estabelecer o Programa de Garantia de Renda Mínima - PGRM.

Então, ficou aprovado em 16 de dezembro de 1991, mas obstruído no Congresso Nacional devido à criação de novos projetos de transferência de renda. A partir daí, municípios, estados e governo federal começaram a elaborar vários programas voltados à garantia de renda mínima (SILVA, 2008).

Num segundo momento, discutiu-se a articulação do programa de transferência de renda com a escolarização, ou seja, defendia-se a garantia de um salário mínimo à família que tivesse filhos ou dependentes em idade escolar (SILVA, 2008).

Dessa forma começa-se a estabelecer critérios para a inserção dos sujeitos na garantia deste benefício. Aqui, coloca-se como pré-requisito a necessidade de filhos ou dependentes em idade escolar.

O terceiro momento, remete-se às experiências municipais da execução dos programas de transferência de renda, revelando uma alternativa de enfrentamento à pobreza. Contudo, a realidade da época não permitiu um avanço significativo na sua execução, uma vez que a preocupação central era com a estabilidade econômica (SILVA, 2008).

Já o quarto momento deste debate ainda segundo Silva (2008), caracteriza-se pela criação de programas advindos do Governo Federal e descentralizados para os municípios. Ocorrem, sobretudo, transformações dos programas já existentes, expansão e criação de novas alternativas. Neste período, tem-se também a discussão sobre uma Renda de Cidadania, sem restrições, voltada a todos os cidadãos brasileiros.

Por fim, o quinto momento do desenvolvimento destes benefícios acontece no governo de Luis Inácio Lula da Silva, que propõem a unificação, a partir de 2003, dos programas já existentes, no chamado Bolsa Família. Este visa a “transferência direta de renda com condicionalidades” (MDS,2010), como a renda mensal *per capita* de até R\$140,00.

Segundo o decreto nº. 5.209 de 17 de setembro de 2004 o Bolsa Família incorporou os seguintes programas:

- I- Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – “Bolsa Escola”, instituído pela Lei nº. 10.219, de 11 de abril de 2001;
- II- Programa Nacional de Acesso à Alimentação – “Cartão Alimentação”, criado pela Lei nº. 10.689, de 13 de junho de 2003;
- III- Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à saúde – “Bolsa Alimentação”, instituído pela Medida Provisória nº. 2.206-1, de 6 de setembro de 2001; e
- IV- Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº. 4.102, de 24 de janeiro de 2002, (Revogado pelo Decreto nº. 6.392, de 2008) (DECRETO Nº. 5.209,2004,Art. 3º,§ 1º).

Logo, o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (2008) coloca que o Bolsa Família é permeado por três eixos principais, que são: a transferência de renda, para redução imediata da pobreza, as condicionalidades que garantem o acesso a outros direitos e os programas complementares para darem suporte às famílias, superando as vulnerabilidades sociais.

Já em 2004, o Presidente da República sancionou o Programa Renda de Cidadania, que provê para todos os brasileiros independentemente de renda, um benefício mínimo para satisfação de suas necessidades básicas. A implementação deste programa ocorre de forma gradual, sendo garantida inicialmente à população pobre (SILVA,2008).

Outras conquistas importantes a serem destacadas neste campo, vinculado à proteção social, foram o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) que serve para o registro das informações referentes a famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo e o Cartão Cidadão que engloba os benefícios destinados a cada beneficiário.

É importante ressaltar que estes repasses de recursos voltam-se quase que exclusivamente àquelas pessoas que não têm condições de prover sua própria subsistência, e estão excluídas do setor formal de trabalho, ou seja, sujeitos em situação de vulnerabilidade social, em que não há necessidade de contribuição.

No caso da assistência, apesar de que ela não passa pela exigência da contribuição, os programas de renda mínima, através do benefício monetário, conseguem realizar essa articulação assistência/mercado, quando inserem o público desses serviços no mercado, na compra direta de bens e serviços” (FONTENELE,2007,p.166)

Desta forma, observa-se que a transferência de renda não contributiva garante a participação dos cidadãos no campo econômico e proporciona-lhes melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que possibilita autonomia na aquisição de seus bens de consumo.

Ocorre que, no contexto histórico brasileiro, os modelos econômicos adotados causaram na sociedade um aprofundamento da desigualdade social, concentrando a renda nas mãos de uma minoria. Devido a isto, os programas e tentativas de combate à pobreza, não têm sido suficientes para a formação de uma sociedade mais justa, pois as políticas sociais são cada vez mais seletivas, criteriosas e descontínuas, servindo como compensação à exploração e dominação capitalista.

Vê-se que a partir da década de 90, segundo Silva (2008), há contradições no campo social, uma vez que se têm as conquistas balizadas na Constituição de 88 por um lado, e do outro lado,

no plano da intervenção estatal no social, um movimento orientado por posturas restritivas, com a adoção de critérios cada vez de maior rebaixamento do corte de renda para fixação da linha de pobreza, para

permitir o acesso das populações, por exemplo, aos Programas de Transferência de Renda em expansão no Brasil, a partir de 2001 (SILVA, 2008, p. 30).

Isso se dá devido à inserção do Brasil no cenário econômico mundial, com a intenção de se tornar um país desenvolvido, direcionado pelo projeto neoliberal. Neste contexto, percebe-se o desmonte dos direitos sociais conquistados e a precarização do mundo do trabalho, aumentando cada vez mais a desigualdade social e os setores informais de trabalho que não garantem um salário mínimo ao trabalhador.

Assim, evidencia-se que os programas de transferência de renda no Brasil são orientados por duas perspectivas contraditórias:

- a) Transferência de Renda enquanto programas compensatórios e residuais cujos fundamentos são os pressupostos liberais/neoliberais, mantenedores dos interesses do mercado, orientados pelo entendimento de que o desemprego e a exclusão social são inevitáveis. Têm como objetivos garantir a autonomia do indivíduo enquanto consumidor, atenuar os efeitos mais perversos da pobreza e da desigualdade social, sem considerar o crescimento do desemprego e a distribuição de renda, tendo como orientação a focalização na extrema pobreza, para que não ocorra desestímulo ao trabalho. O impacto é, necessariamente, a reprodução de uma classe de pobres, com garantia de sobrevivência no limiar de uma determinada Linha de Pobreza;
- b) Transferência de Renda enquanto programas de redistribuição de renda, orientados pelo critério da Cidadania Universal, tendo como fundamentos pressupostos redistributivos. Nesse caso, o objetivo é alcançar a autonomia do cidadão e a orientação é a focalização positiva capaz de incluir todos que necessitam do benefício ou os cidadãos em geral, visando a garantia de uma vida digna para todos. O impacto desejado é a inclusão social (SILVA, 2008, p.43).

Percebe-se as evidentes contradições que atualmente direcionam e criam os programas de transferência de renda no país. A primeira perspectiva, de caráter neoliberal, procura os interesses do capital, excluindo a possibilidade de diminuição da pobreza, com a intenção de manter a classe pobre, repassando benefícios mínimos para compensar os efeitos do capitalismo.

Já a segunda perspectiva visa à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com condições dignas de vida, garantindo suporte a todos os cidadãos

que possam vir a necessitar destes benefícios. Esta visão está conforme os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que inclui a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária e a erradicação da pobreza, com redução das desigualdades sociais e regionais (CF, 1988).

É importante ressaltar que atualmente os benefícios de transferência de renda de caráter não contributivo constituem-se “a estratégia principal no eixo da Política de Assistência Social (...) de caráter assistencial eventual, pontual, localizado e emergencial, destinados aos pobres” (SILVA, 2008, p.37-38). Contudo, a política de assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, o que revela sua inovação diante de todas as formas já garantidas de assistência.

O que acontece é que o enfoque clientelista antes dado a assistência social segundo Oliveira (2003), imprimiu a essa política uma cultura que fortaleceu a ideia do favor, legitimando até hoje a assistência como “ação emergencial e restrita aos exclusivamente pobres, carentes e desassistidos de toda sorte”. (OLIVEIRA, 2003, p.119)

Apesar disso, segundo Simões (2009), ela surge como inovação na:

Superação do conceito de assistencialismo, da filantropia e da benemerência social, para a profissionalização da atividade pública não somente no atendimento às necessidades básicas da população, como e sobretudo junto à população em situação de risco e vulnerabilidade social, pela reconstituição das relações familiares, habilitação e reabilitação profissional e por programas e projetos de enfrentamento à pobreza (SIMÕES,2009,p.181 e 182).

E a partir da sua inserção na seguridade social a assistência passa a ser definida como

(...) um tipo particular de política social que caracteriza-se por: a) genérica na atenção e específica nos destinatários; b) particularista, porque voltada prioritariamente para o atendimento das necessidades sociais básicas; c) desmercadorizável; e d) universalizante, porque, ao incluir segmentos sociais excluídos no circuito de políticas, serviços e direitos, reforça o

conteúdo universal de várias políticas socioeconômicas setoriais (PEREIRA apud COUTO & SILVA, 2009, p. 33 e 34).

Dessa forma, apresenta-se uma política que está disponível ao atendimento de quem dela necessitar, sem discriminações. Pode-se também visualizar o indivíduo como sujeito detentor deste direito e não mais assistido por um favor do Estado. Essa foi uma grande conquista que coloca o Estado como responsável pelo bem-estar da sociedade e que assenta a assistência como política de proteção social.

Contudo existem ainda limites que precisam ser superados, uma vez que o neoliberalismo pressupõe a mínima intervenção estatal no campo social, voltando suas ações para os mais pobres, no intuito de mascarar a pobreza gerada pelo capitalismo, segundo Fontenele (2007) também propõe que as políticas sociais tenham valores mínimos destinados aos seus beneficiários, bem como critérios de elegibilidade cada vez mais restritivos que não atendem a universalidade das famílias em situações de vulnerabilidade social.

Apesar disso, no atual contexto histórico, no qual o modo de produção capitalista ocasiona o crescimento exacerbado da pobreza e da desigualdade social, as alternativas de transferência de renda proporcionam melhorias na qualidade de vida dos cidadãos, permitindo a estes participação na vida econômica e autonomia na aquisição de seus meios de subsistência, garantindo então o direito à assistência social que objetiva também o enfrentamento da pobreza.

Dentro de outro universo social, pode-se visualizar algumas semelhanças existentes com a política de assistência social, mais especificamente no que se refere aos programas de transferência de renda. São os programas de bolsas das universidades públicas federais que estão compreendidos na política de assistência estudantil.

Essas bolsas consistem no repasse de dinheiro ao aluno para que consiga ter uma formação superior de qualidade, evitando a evasão. Portanto, pretende-se a seguir refletir sobre a execução dessa política no âmbito da Universidade Federal do Pampa, captando os reflexos da assistência social impregnados nestas ações.

3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Atualmente, é possível perceber a ampliação de vagas no Ensino Superior. Diversas ações visam à criação e reestruturação das instituições para este nível de ensino. Um dos projetos do governo foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, que possibilitou também a criação da Unipampa na metade sul do Rio Grande do Sul.

Mas, faz-se necessário criar estratégias para que os alunos ao frequentar o ensino superior, tenham condições dignas de continuar os estudos. A denominada assistência estudantil visa a exatamente isso, prover ao aluno o atendimento de suas necessidades para evitar a evasão e promover um ensino de qualidade.

As primeiras aparições da assistência estudantil no Brasil se dão exatamente na década de 30. Contudo, mudanças significativas também ocorreram para sua execução.

A Unipampa, apesar de sua recente criação integrou em seu projeto ações que visam ao atendimento das demandas dos alunos, para garantir uma formação de qualidade. Dessa forma, a seguir será explicitado um pequeno histórico da assistência estudantil no Brasil, após, um pouco da história institucional da Unipampa e por último um relato dos programas de assistência ao estudante desta universidade, relatando critérios de seletividade e demais características.

3.1 Histórico da assistência estudantil brasileira

A política de assistência estudantil pode ser apreendida como uma política de assistência social garantida dentro das instituições de ensino superior. Seu público-alvo abrange os alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade, seja ela econômica ou social. Dessa forma, as ações de assistência estudantil visam a

garantia dos mínimos sociais, possibilitando a estes sujeitos melhores condições de permanência no ensino superior, além do simples acesso a este nível de ensino.

Para tanto, faz-se necessário traçar um percurso da assistência estudantil no Brasil, para que se compreenda em que contexto foi criada e quais os aspectos históricos que influenciam sua operacionalização.

A discussão sobre assistência estudantil iniciou-se a partir de 1920 através da Escola Nova, “que foi um movimento dos pioneiros da educação brasileira que implementou as ideias dos Estados Unidos e da Europa para aperfeiçoar o ensino” (BARBOSA,2009,p.49) uma vez que, os que discutiam esta temática acreditavam que a educação poderia mudar a sociedade (BARBOSA,2009)

Sua primeira tentativa de regulamentação, como da assistência social, ocorreu no governo de Getúlio Vargas. Em 1931, com a Reforma Francisco Campos, que compreende uma série de decretos para a formação de uma estrutura organizada do sistema de educação nacional, propondo como mudanças o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos (fundamental e complementar) para mais tarde se ter acesso ao ensino superior (TENÓRIO,2009), instituiu-se o Decreto nº. 18.851 de 11 de abril de 1931, conhecido como Estatuto das Universidades. Este traz em seu texto:

As medidas de previdência e beneficência serão extensivas aos corpos discentes dos institutos universitários, e nelas serão incluídas bolsas de estudo, destinadas a amparar estudantes reconhecidamente pobres, que se recomendem, pela sua aplicação e inteligência ao auxílio instituído (DECRETO nº. 18.850, 1931, Art. 100, §4º)

Observa-se que o auxílio era destinado ao alunos pobres, mas não todos, somente àqueles que tivessem êxito acadêmico, demonstrando desempenho satisfatório. Logo, pobreza e inteligência eram a contrapartida exigida, ou melhor, o critério para seleção dos alunos a serem beneficiados.

Após esse registro, a Constituição de 1934 traz o seguinte texto: “Parte dos mesmos fundos (da educação) se aplicará em auxílios a alunos necessitados mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas” (CF, 1934, Art. 157, §2º).

A partir dos anos 40, essa assistência passou a ser extensiva a todos os níveis de ensino como mostra a Constituição de 1946: “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (CF, 1946, Art.172)

Desde estas primeiras instituições da assistência estudantil, o objetivo das ações e benefícios aos estudantes era proporcionar melhor eficiência no ensino, através do suprimento de suas necessidades básicas.

Segundo Menezes (2003) até este momento a assistência ao estudante era vista como uma ajuda aos alunos que dela necessitavam, sendo reconhecida como direito à educação pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de 1961 (Lei nº. 4.624/61), essa lei estabelece que

em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos (LDB,1961, Art. 90).

Contudo, devido ao período de repressão da ditadura, a prática da assistência estudantil foi reduzida, embora contraditoriamente tenham sido criadas novas formas de assistência estudantil (MENEZES,2003).

Em 1970, tem-se a criação do Departamento de Assistência ao Estudante-DAE pelo Ministério da Educação. Esse órgão, segundo Barbosa (2009), tinha o objetivo de manter uma política de assistência ao estudante do ensino superior, priorizando as áreas de alimentação, moradia e médico odontológica. Nessa década também ocorre a criação da maioria das casas de estudantes.

Outro ponto importante é o decreto 69.927/72 que instituiu um programa assistencial denominado Bolsa de Trabalho, voltado para estudantes que de alguma forma estariam contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país:

Caberá ao Programa Bolsa de Trabalho proporcionar a estudantes de todos os níveis de ensino oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares, nos quais possam incorporar hábitos de

trabalho intelectual ou desenvolver técnicas de estudo e de ação nas diferentes especialidades (Decreto 69.927/72, Art. 2º).

Já nesse momento, a bolsa era concebida não como um repasse de renda mas como um estágio, o aluno trabalhava para ter acesso ao benefício, assim contribuíam para o desenvolvimento do país e aprimoravam o que aprendiam em sala de aula. Após esse período, as ações voltadas à assistência estudantil continuaram sendo mantidas com verbas das próprias universidades o que tem comprometido a sua efetivação.

Além desse benefício existia o Programa Bolsa de Estudo que segundo Menezes (2003) consistia no repasse de renda ao aluno sem a exigência de desempenho de atividade.

Para delimitar as áreas e estratégias para o campo da assistência estudantil foi criado, em 2004, o Plano Nacional de Assistência Estudantil produzido pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES.

Esse apresenta as propostas para criação de ações de assistência estudantil, enquanto que as universidades têm autonomia para elaborá-las de acordo com as necessidades que se apresentam em seu universo. Outrossim, afirma que considerar a assistência estudantil como direito social e inseri-la na práxis acadêmica é romper com a ideologia da doação e do favor (PNAES,2004).

A Portaria Normativa nº. 39 que institui este plano, considera

a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais bem como sua importância para a ampliação e democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal (Portaria nº. 39 – PNAES, 2007).

Desta forma, verifica-se a importância da assistência estudantil nas universidades, para que o aluno possa concluir o curso com melhores condições de vida. Isso tem ganho relevância na atualidade devido ao crescimento do acesso de indivíduos ao ensino superior, até mesmo de classes baixas.

Somente no ano de 2010 que a política de assistência estudantil foi considerada política de Estado, conforme o decreto nº. 7.234 de 19 de julho de 2010. Esse expõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que apresenta os seguintes objetivos:

- I- democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II- minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III- reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV- contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (DECRETO Nº. 7.234, 2010, Art.2º).

Portanto, é uma grande conquista a promulgação deste decreto que reconhece a assistência social como política de Estado, devendo ser efetivada pelas universidades através de programas e ações que visam à democracia no acesso ao ensino superior, à minimização das desigualdades sociais neste universo, à redução da evasão e à inclusão social através da educação.

Além disso, o mesmo estabelece prioridades para atendimento no PNAES, que são os alunos oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até 1 e ½ (um e meio) salário mínimo sendo que estas exigências não prejudicam os critérios estabelecidos pelas instituições (DECRETO Nº. 7.234, 2010, Art. 5º).

As inovações na instituição desta política voltam-se para o financiamento que agora prevê o repasse específico para a assistência estudantil e a criação de mecanismos de acompanhamento e avaliação dos programas.

Percebe-se, deste modo, avanços na execução da assistência estudantil no âmbito do ensino superior para que, além do acesso a esse nível de ensino, tenha-se condições de permanência e conclusão do curso escolhido. Essa política se faz imprescindível para a continuidade dos estudos, proporcionando o atendimento das necessidades básicas de seus usuários e conseqüentemente melhores condições de vida.

Deste modo, faz-se um pequeno histórico da instituição Universidade Federal do Pampa, instituição a ser analisada, ressaltando as principais características de seu funcionamento, para mais tarde evidenciar os programas estudantis que mantém como estratégia de permanência no ensino superior.

3.2 Universidade Federal do Pampa: ampliação do ensino superior brasileiro

A Universidade Federal do Pampa – Unipampa é fruto inicial de lutas pela federalização da Universidade Regional da Campanha – Urcamp que vinha passando em 2005 por graves crises econômicas, devido até mesmo aos entraves econômicos da própria região em que está inserida (PÉREZ,2010)

Contudo, segundo Pérez (2010), diversos esforços em prol deste objetivo mobilizou as cidades Campus da Urcamp, o Ministério da Educação - MEC e políticos para a federalização da mesma, onde em 23 de maio de 2005 pela primeira vez teve a sugestão do nome Unipampa pelo prefeito de Bagé, Luiz Fernando Mainardi. Frente à inconstitucionalidade deste ato de federalização, o então Ministro da Educação Tarso Genro propôs a criação de uma nova universidade.

Assim o último ato público, após 20 atos, para resolver os rumos desta necessidade, aconteceu em Bagé no dia 27 de julho de 2005, onde o então presidente da República anunciou o encaminhamento ao Congresso de um projeto para criação da Unipampa, que beneficiaria os municípios atendidos pela Urcamp – Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel – e também Uruguaiana e Jaguarão (PÉREZ,2010)

Além da criação da Unipampa, que também faz parte do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, novos rumos foram dados à Urcamp. Pode-se dizer que o REUNI tem como objetivo ampliar o acesso e a permanência no Ensino Superior (MEC, 2010).

A Unipampa também foi estabelecida por um acordo de cooperação técnica entre o MEC, a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM e a Universidade

Federal de Pelotas – UFPel prevendo a ampliação do ensino superior na metade sul do Estado do Rio Grande do Sul (UNIPAMPA,2009)

Dessa forma os *Campi* vinculados à UFPel iniciaram suas atividades no mês de setembro de 2006, e os vinculados à UFSM em outubro do mesmo ano. Já em 16 de março de 2007, criou-se a Comissão de Implantação da Unipampa (PROJETO INSTITUCIONAL UNIPAMPA, 2009, p.4). Como resultado disso em 11 de janeiro de 2008, a universidade foi criada como Fundação Universidade Federal do Pampa pela Lei nº. 11.640.

Essa instituição possui uma estrutura *multicampi* situada nas cidades de Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Gabriel, São Borja e Uruguaiana, cuja sede e foro se encontram na cidade de Bagé. Desta forma, seu objetivo volta-se para a minimização do processo de estagnação econômica nas regiões onde está inserida (UNIPAMPA,2009)

No presente momento a Unipampa possui os seguintes cursos em seus respectivos *campi*:

TABELA 1
Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pampa em 2010

Campi	Cursos de Graduação
Alegrete	Ciência da Computação, Engenharia Agrícola, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Engenharia de Software
Bagé	Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras - Português e Espanhol, Licenciatura em Letras - Português e Inglês
Caçapava do Sul	Ciências Exatas, Geofísica, Geologia e Tecnologia da Mineração
Dom Pedrito	Zootecnia e Tecnologia em Agronegócio
Itaqui	Agronomia, Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia, Ciência, Tecnologia Agroalimentar, Nutrição
Jaguarão	Licenciatura em Letras, Licenciatura em História, Licenciatura em Pedagogia e Tecnologia em Turismo
Santana do	Administração, Ciências Econômicas, Relações

Livramento	Internacionais e Tecnologia em Gestão Pública
São Borja	Ciência Política, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Serviço Social e Relações Públicas
São Gabriel	Biotecnologia, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental
Uruguaiana	Enfermagem, Farmácia, Ciência da Natureza, Educação Física, Fisioterapia, Medicina Veterinária e Tecnologia em Aquicultura

Fonte: <http://www.unipampa.edu.br/portal>

Neste ano de 2010, de acordo com Pérez (2010), totaliza em seu âmbito institucional, 50 cursos de graduação, três especializações Lato Sensu e um mestrado. Possuindo seis mil alunos matriculados, 420 professores e 492 funcionários e 229 funcionários terceirizados.

Ela como instituição é de natureza pública,

dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (...) se constitui como lugar de exercício da consciência crítica (...) comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade (ESTATUTO UNIPAMPA, Artº. 1º e 2º).

Ainda segundo seu estatuto ela é regida pelos seguintes princípios:

- I- formação e produção do conhecimento orientadas pelo compromisso com o desenvolvimento regional e a construção de uma sociedade justa e democrática;
- II- equidade no acesso e na continuidade dos estudos;
- III- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- IV- universalidade de conhecimentos, valorizando os saberes e práticas locais e regionais;
- V- pluralismo de ideias e concepções acadêmico-científicas;
- VI- gratuidade do ensino nos cursos de graduação, mestrado e doutorado;
- VII- democracia e transparência na gestão;
- VIII- garantia de padrão de qualidade;
- IX- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (ESTATUTO UNIPAMPA, Artº. 7º).

Sua finalidade está na educação superior e na produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico. Tendo como visão “constituir-se como

instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável da região e do país” (PROJETO INSTITUCIONAL,2009, p.11).

O perfil do egresso desta universidade compreende uma

formação acadêmica generalista e humanística aos seus egressos (...) incluindo formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social dos conhecimentos, habilidades e valores adquiridos na vida universitária e inserção em respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional sustentáveis, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática (PROJETO INSTITUCIONAL,2009, p.11)

Enfim, busca a formação de alunos capacitados profissionalmente para o mercado de trabalho, contribuindo não somente para o desenvolvimento pessoal, mas também para o desenvolvimento da sociedade e do exercício da cidadania.

Além disso, a Unipampa, baseando-se em seu estatuto, está estruturada da seguinte forma: I- Administração Superior; II- Unidades Universitárias; III- Órgãos Complementares. Na Administração Superior estão integrados os seguintes órgãos: Conselho Universitário (CONSUNI) que é o órgão máximo da instituição, com competências doutrinárias, normativas, deliberativas e consultivas, formado pelo Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, Diretores, Representantes das Comissões Superiores, dos Discentes, dos Docentes, dos técnico-administrativos e da comunidade externa.

Também possui o Conselho Curador (CONCUR) que é o órgão superior de controle e fiscalização da gestão econômico-financeira, formada por professores, representante dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos e da comunidade externa regional. Outro órgão é o das Comissões Superiores que são de caráter consultivo, normativo e deliberativo nas áreas de suas competências. São definidas como de ensino, pesquisa e extensão.

E por último, integrado à Administração Superior tem-se o órgão da Reitoria que compreende a parte executiva de planejamento, coordenação, supervisão,

avaliação e controle. Abrange o Gabinete do Reitor, Pró-Reitorias, Consultoria Jurídica, Órgãos Suplementares e Assessorias Especializadas.

As Unidades Universitárias são denominadas como campus e estão presentes nas dez cidades citadas anteriormente. Cada uma dessas unidades possui: Conselho de Campus, Direção do Campus, Comissões de Cursos, Comissão de Pesquisa, Comissão de Extensão e Órgãos Auxiliares.

Baseado em seu estatuto, os recursos financeiros provêm de dotação consignada do orçamento da União, auxílios e subvenções advindos de entidades públicas ou privadas, doações e contribuições, renda de aplicação de bens e valores patrimoniais, receitas provenientes da remuneração por serviços prestados pela universidade a outras entidades, receitas de patentes, marcas, direitos autorais, entre outros, convênios, acordos e contratos e de outras receitas eventuais.

Como visto em seus princípios, ela preza pela equidade no acesso e na continuidade dos estudos, ou seja, além de garantir o acesso dos alunos ao ensino superior, utiliza mecanismos para manutenção destes estudantes nesse nível de ensino. Esses mecanismos são abarcados pela assistência estudantil.

A política de assistência estudantil da Unipampa é gestada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários – PRAEC que atualmente está presente nas dependências do Campus São Borja mas atende a todos os campi da universidade.

Esse setor como responsável pela efetivação da Política de Assistência Estudantil cria ações voltadas para o atendimento das demandas estudantis presentes no universo acadêmico da instituição com o objetivo de garantir a permanência dos alunos na universidade, evitar a evasão e proporcionar um desempenho acadêmico de qualidade.

Deste modo, suas ações estão alinhadas com o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. O mesmo apresenta as diretrizes para a criação de projetos e programas voltados aos estudantes. Essas ações, porém, “serão executadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior considerando suas especificidades, as áreas estratégicas e as modalidades que atendam às necessidades identificadas junto ao seu corpo discente” (Portaria nº. 39, 2007, Art. 3º).

É importante ressaltar que a PRAEC, desde o início de seu funcionamento, teve como gestora uma assistente social. No momento atual, ela possui como equipe de planejamento os seguintes profissionais: a Pró-Reitora, a Coordenadora da Assistência Estudantil, dois administradores, uma assistente social, uma secretária, uma técnica-administrativa e três bolsistas.

Além disso, possui uma equipe executora descentralizada em cada campus da Unipampa, formada por 12 assistentes sociais, sendo uma em cada unidade acadêmica e duas na Reitoria.

A criação da PRAEC se deu no ano de 2008 objetivando atender às demandas acadêmicas colocadas como obstáculos para uma formação de qualidade. Os primeiros programas criados e em execução no momento são de caráter econômico, constituindo-se no repasse direto de renda com condicionalidades.

Atualmente, os programas e auxílios garantidos pela Unipampa são: Programa Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico – PBDA, Programa Bolsas de Permanência – PBP, Bolsa Instalação e Auxílios para Eventos Acadêmicos. Todos serão explicitados no próximo item, ressaltando os seus aspectos principais incluindo os critérios exigidos, formas de seleção e contrapartidas.

3.3 Programas de assistência ao estudante executados na Unipampa

Devido à Unipampa estar em fase de estruturação possui ainda poucos programas na área de assistência estudantil, contudo, novas estratégias estão em fase de planejamento.

O PBDA foi implantado no ano de 2008 e está dividido nas seguintes modalidades: Bolsa Ensino, Bolsa Pesquisa, Bolsa Extensão e Bolsa de Iniciação ao Trabalho Técnico Profissional e de Gestão Acadêmica. O mesmo compreende as cargas horárias semanais e valores referentes: 12 horas (R\$ 144,00), 16 horas (R\$ 192,00) 20 horas (R\$ 240,00) (UNIPAMPA, EDITAL 02,2010)

Este programa tem como finalidades:

- I- Qualificar práticas acadêmicas vinculadas aos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, por meio de experiências que fortaleçam a articulação entre teoria e prática;
- II- Promover a iniciação à docência, à extensão, à pesquisa e ao trabalho técnico profissional e de gestão acadêmica;
- III- Melhorar as condições de estudo e permanência dos estudantes de graduação (INSTRUÇÃO NORMATIVA N°. 03, 2009, Art°. 4°).

Assim, o aluno participa de atividades que contribuem para sua formação profissional, adquirindo novos conhecimentos que podem ser aplicados à teoria apreendida em sala de aula.

Contudo, para receber este benefício o aluno deve seguir alguns critérios, segundo a própria Instrução Normativa em seu artigo 6º, como estar matriculado em no mínimo 12 créditos semanais, apresentar toda a documentação exigida no ato da inscrição, apresentar aprovação em no mínimo 60% dos créditos matriculados no semestre anterior à solicitação da bolsa, ter disponibilidade de tempo para cumprir as tarefas determinadas e não possuir nenhuma outra atividade remunerada.

Já as condições exigidas para a inscrição são: ter Curriculum Vitae na Plataforma Lattes, entregar cópia do histórico escolar que mostre já ter cursado 20 créditos na Unipampa, preenchimento da ficha de inscrição, declaração de que não exerce outras atividades remuneradas e não ter pendências de documentos relacionados ao PBDA.

É importante salientar ainda que, os editais são abertos e divulgados na própria instituição. Após o preenchimento destes requisitos, os acadêmicos são submetidos a alguns procedimentos como análise da documentação, entrevistas e verificação do tempo disponível.

Já o PBP volta o seu atendimento de forma mais restrita para os estudantes de graduação que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, “com finalidade de melhorar o desempenho acadêmico e prevenir a evasão” (INSTRUÇÃO NORMATIVA, N°. 05, 2009, Art°. 2º). Para tanto, utiliza-se do repasse de renda, subdivido em modalidades: Bolsa Alimentação no valor de R\$ 100,00, Bolsa Transporte no valor de R\$ 70,00 e Bolsa Moradia no valor de R\$ 130,00.

Este programa tem por finalidades

- I- Favorecer a permanência dos estudantes na universidade, até a conclusão do respectivo curso;
- II - Diminuir a evasão e o desempenho acadêmico insatisfatório;
- III - Reduzir o tempo médio de permanência dos estudantes na graduação (Instrução Normativa nº. 05,2009, Art. 4º).

Para se ter acesso a este benefício é preciso estar atento à abertura de editais no site da própria instituição. Uma vez que, eles contêm alguns critérios e requisitos necessários para que o aluno consiga fazer parte deste programa.

O PBP traz em sua instrução normativa os seguintes critérios para que o aluno possa receber o benefício, dentre eles: estar matriculado regularmente em um curso de graduação da Unipampa em no mínimo 20 horas/aulas semanais, exceto os formandos, comprovar renda per capita familiar mensal não excedente a um salário mínimo e comprovar, através de documentação, a situação de vulnerabilidade socioeconômica em que o aluno se encontra, justificando a necessidade do recebimento do benefício.

Já para a renovação do benefício, o estudante deve ter aprovação em no mínimo 60% dos créditos matriculados no semestre anterior e não possuir reprovação por frequência em nenhuma disciplina.

Isso revela que o programa exige como contrapartida para conceder o benefício, que o aluno esteja ligado à instituição em, pelo menos, meio turno por dia da semana e que seja aprovado na maioria das disciplinas do semestre anterior para poder renovar o benefício.

Com a expansão do acesso ao Ensino Superior Público, novas formas de seleção foram adotadas, uma delas que tem mudado a realidade da Unipampa é o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem que proporciona que alunos oriundos de todo o Brasil possam estudar em qualquer lugar desejado do país.

Frente a essa realidade, a partir do ano de 2010, a Unipampa recebeu alunos advindos de vários Estados do país. Assim uma nova modalidade de auxílio foi criada pela universidade, o Bolsa Instalação que nada mais é que uma extensão do

PBP, ou melhor, uma bolsa inteira do PBP, paga em uma única parcela ao acadêmico para auxiliar em sua instalação na nova cidade.

O critério exigido é que a distância da cidade onde o aluno mora e o Campus em que vai estudar seja de pelo menos 500 Km. Para recebimento deste benefício, o acadêmico deve estar atento às informações publicadas na própria instituição.

E por último, o outro benefício dispensado aos alunos para proporcionar melhores condições de estudo, é o Auxílio para Eventos que consiste em um valor repassado ao estudante para o pagamento de suas despesas no evento do qual pretende participar. Contudo, é necessário que o pedido seja encaminhado com prazo de, no mínimo 30 dias, tendo preferência os alunos que participem do evento como apresentadores de trabalho.

Novas propostas têm sido pensadas e planejadas dentro do órgão responsável pela assistência ao estudante na Unipampa. E também alterações nos programas e ações já existentes, com vistas a melhorar a qualidade de vida do estudante, auxiliar na continuidade de seus estudos e consequentemente evitar a evasão.

No entanto, percebe-se vários aspectos conceituais da política de assistência social explicitados nas ações de assistência estudantil, uma vez que ambas possuem programas de transferência de renda e voltam sua atenção para a população em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica. A seguir serão discutidas as semelhanças existentes entre as duas políticas, evidenciando limites e possibilidades na sua execução.

4 ASPECTOS CONCEITUAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PRESENTES NAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIPAMPA

Diante de toda essa análise realizada das políticas de assistência social e assistência estudantil é possível perceber semelhanças desde sua trajetória histórica bem como em suas formas atuais de organização e execução dos serviços.

O objetivo de ambas é prover os meios necessários para subsistência daquele que não tem condições de prover por si próprio. Como condição de direito ambas influenciam na qualidade de vida do público-alvo a que se destinam.

Pode-se dizer, então, que alguns aspectos conceituais da assistência social são encontrados nas ações de assistência estudantil da Unipampa. Dessa forma, faz-se necessário reconhecê-las como direito social para não cair novamente no âmbito da caridade, do favor, da meritocracia.

O presente capítulo pretende explicar os pontos semelhantes entre as políticas de assistência social e de assistência estudantil na Unipampa e por fim voltar-se para a análise das possibilidades de intervenção do assistente social na política de assistência estudantil.

Contudo, ao se tratar da política de assistência estudantil no próximo item, limita-se sua abrangência no âmbito da Unipampa, utilizando como exemplos os programas executados nessa instituição.

4.1 Assistência Social X Assistência Estudantil da Unipampa: uma semelhante realidade?

É a partir da Constituição Federal de 1988 que se evidenciam aspectos mais amplos que relacionam as políticas de assistência social e assistência estudantil. Trata-se aqui dos programas de transferência de renda, programas esses voltados para o acesso à renda dos sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Tais as políticas, nesse aspecto, se assemelham muito, embora atendam universos diferentes, porém um extensão do outro, enfrentando as mesmas expressões da questão social.

Durante muito tempo o termo assistência foi concebido

Como forma de ajuda àqueles sem condições de autoprovimento de suas vidas. Assim desde as legislações imperiais foi concebida como amparo social e operada, via de regra, sob a forma de auxílios e subvenções às organizações que patrocinavam tais ações de ajuda. Esta é a dimensão da prática assistencial – ou da assistência como prática – constituída ao longo do tempo pelos mecanismos de benemerência, filantropia e caridade (MESTRINER, 2008, p.286)

Por esse motivo, muitas vezes a execução das políticas são confundidas como ajuda, caridade ou até mesmo um favor sendo disponibilizado ao sujeito para satisfazer sua necessidade. Ocorre que a partir da Constituição Federal de 1988, a assistência social passa a ser concebida como direito social e dever do Estado para com aqueles que venham a necessitar desta política.

Ao se inserir no sistema de proteção social brasileiro visa “afiançar seguranças sociais para a prevenção, a proteção e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco e a promoção e defesa de direitos” (MDS,2008,p.40), através do atendimento dos sujeitos excluídos da proteção de outras políticas.

Como ressalta Raichelis

Os assistidos dos programas e serviços assistenciais são os pobres, geralmente assim definidos a partir de indicadores de renda e emprego que, sendo importantes para descrever, catalogar e classificar níveis de pobreza, são incapazes de captar as suas múltiplas expressões, uma vez que a pobreza não se reduz à privação material, transborda para todas as esferas da vida social. A pobreza, mais do que uma medida monetária, é relação social que define lugares sociais, sociabilidades, identidades (RAICHELIS,2008,p.155).

Essa realidade é evidenciada na seletividade existente para garantir o acesso aos benefícios assistenciais. Cada vez mais critérios e exigências são requeridas

para que o cidadão tenha acesso a um direito seu. Percebe-se que o principal critério exigido em ambas é o corte de renda *per capita*, apesar de que a pobreza dificilmente pode ser contabilizada.

Embora a Constituição incorpore a dimensão universalista na prestação dos serviços sociais, os benefícios e serviços implementados pela política de assistência social revestem-se de alto grau de seletividade, tanto na escolha e na identificação dos beneficiários quanto na adoção de rígidos mecanismos de elegibilidade (RAICHELIS,2008, p.253).

O principal programa hoje garantido dentro da política de assistência social, o Bolsa Família, já no Art. 1º de sua Lei nº. 10.836 de 9 de janeiro de 2004 ressalta que se constitui em transferência monetária com condicionalidades.

O corte de renda *per capita* familiar é exigido nas políticas de assistência social e assistência estudantil para demarcar as situações de vulnerabilidade social evidenciando as famílias que se encontram em situação de pobreza e/ou extrema pobreza, embora esta não possa ser expressa apenas em ausência de renda.

Como coloca Boschetti (2009) “quanto mais rigorosos e restritos forem os critérios de acesso e permanência, mais focalizados e seletivos a política e/ou programa tendem a ser” (BOSCHETTI,2009,p.585-586), e é isto o que se evidencia nos programas de transferência de renda.

No Programa Bolsa de Permanência da Unipampa, que é voltado para os alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a renda *per capita* recebe um teto máximo para o deferimento do benefício. Assim, o aluno deve possuir uma renda mensal familiar *per capita* de até um salário mínimo, esse é o principal critério exigido.

Já no Programa Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico não há apenas o repasse direto de renda, pois é necessário que o acadêmico desenvolva as atividades propostas. Contudo, exige que o aluno não exerça nenhuma atividade remunerada.

A exigência destes critérios, principalmente na política de assistência social, pretende selecionar aqueles mais vulneráveis dentro da sociedade, criando dessa forma uma certa dependência que precisa ser finalizada, já que a assistência social

é voltada para quem dela necessitar, para que possa conceder ao usuário condições mais dignas, contribuindo para o seu fortalecimento.

Outra característica marcante nessas políticas são as chamadas contrapartidas, ou seja, após receber os benefícios, para sua manutenção, o sujeito deve obedecer algumas normas colocadas em cada programa. Na assistência estudantil, a contrapartida se dá na aprovação acadêmica do aluno demonstrando eficiência escolar.

Já na assistência social, as contrapartidas exigidas se referem ao acesso a outros direitos, como por exemplo o Bolsa Família, que exige a frequência escolar dos filhos até 17 anos (direito à educação), vacinação e acompanhamento no período gestacional da mãe (direito à saúde).

Sendo assim na política de assistência social

os programas de renda mínima pretendem combater a pobreza evitando o trabalho precoce infantil e aumentando o grau de instrução dos mais pobres, em particular dos seus dependentes. A idéia é que a elevação do nível educacional dessas crianças permitirá ampliar sua capacidade futura de geração autônoma de renda, rompendo com o círculo vicioso de reprodução da pobreza (LAVINAS,1998,p.13).

Ou seja, o objetivo é proporcionar melhores condições de vida à população usuária fortalecendo-a e desvinculando-a da dependência dos benefícios. Contudo, a realidade mostra que as políticas hoje executadas no país, atendem a demandas imediatas dos usuários e de forma reduzida, sem uma avaliação eficiente dos efeitos causados por elas no seu desenvolvimento social, permitindo desta forma a continuidade no recebimento dos benefícios, sem alcançar o objetivo principal.

Assim como ocorre com a Assistência Estudantil que, na última década, tem recebido esforços no sentido de ampliar os investimentos na área, só que sem planejamento e análises, nem monitoramento e avaliação, o que é imprescindível para a execução de uma política pública (ARCOVERDE,2010).

É importante ressaltar conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA que,

Os programas de renda mínima, sem contrapartidas, partem do pressuposto de que é uma obrigação da sociedade e do Estado prover um nível mínimo de subsistência para todo o cidadão. Já os programas que exigem contrapartida partem do pressuposto segundo o qual a sociedade e o cidadão devem compartilhar obrigações e deveres e, portanto, para que o Estado possa garantir um mínimo de subsistência ao cidadão, este deverá prover alguma contrapartida para a sociedade. É exatamente por essa razão que os programas tendem a gerar comportamentos totalmente diferentes por parte dos beneficiados (IPEA,2003,p.120).

Ou seja, por um lado, as contrapartidas e critérios de elegibilidade proporcionam a participação da sociedade em outras instâncias, considerando-a co-participante deste processo que não se resume em uma simples ajuda financeira. Por outro lado, os critérios exigidos são cada vez mais reducionistas para focalizar as ações na população mais pobre.

Esta visão demonstra que as políticas têm sido cada vez mais focalizadas, seletivas e compensatórias no intuito de atenuar o impacto econômico negativo das medidas de ordem econômica de ajuste, resumindo-se no atendimento dos “mais pobres dos pobres” (RAICHELIS,2006,p.26).

Segundo Arcoverde (2010) na universidade a assistência estudantil deve contribuir na garantia de dois direitos: assistência que faz parte do tripé da seguridade social e educação como aquele que a sustém.

Porém, o que se percebe hoje é que

os programas são de caráter assistencialista, seletivos pois baseados em critérios de pobreza absoluta e limitados a poucos agraciados quanto a redistribuição de bens e serviços. Os programas são excessivamente burocratizados, sem diretrizes, objetivos e metas (inscrição, seleção, controle, encaminhamentos e declarações), e imediatistas, por vezes em razão do valor e temporalidade dos recursos recebidos (ARCOVERDE,2010,p.30).

Contudo, é imprescindível a garantia de benefícios nas universidades públicas federais, uma vez que apenas o acesso ao ensino superior não é suficiente para atender às demandas emergentes na sociedade atual. Faz-se necessária a existência de auxílios que contribuam para uma formação acadêmica de qualidade.

Os pontos ressaltados ao longo deste item demonstram alguns limites e possibilidades na garantia destes benefícios nas duas políticas mencionadas. Uma vez que, eles proporcionam a inserção dos sujeitos no mercado ao possibilitar a compra de bens e serviços pelo próprio beneficiário.

Além disso, apesar de não romper totalmente com as desigualdades, controla a pobreza e auxilia na manutenção destes sujeitos, através de um benefício mínimo, embora estabeleça a dependência dos que são auxiliados .

Os limites evidenciados na execução das políticas, mais precisamente, nos programas de transferência de renda dizem respeito ao valor dos benefícios, que não chegam nem a um salário mínimo, instituído já como mínimo diante das necessidades básicas da família.

Ou seja

apesar de poder representar muito para as famílias em situação de pobreza ou miséria, não deixa de ser um contra renda, quando seu valor é insignificante no contexto das necessidades de uma família (FONTENELE, 2007,p.164).

Apesar disto, estes programas, principalmente os garantidos na política de assistência social, proporcionam a inclusão dos beneficiários na garantia de outros direitos básicos, antes não acessados por este público-alvo, como o direito à educação e à saúde. Já na política de assistência estudantil da Unipampa, os programas auxiliam na manutenção do aluno no ensino superior, que está estruturado na política de educação.

Dessa forma, evidencia-se a contradição existente ao garantir o acesso a outros direitos, mas ao mesmo tempo limitar a garantia de outro mediante contrapartidas, uma vez que direito deve ser apenas garantido, sem necessitar de um contraponto da sociedade.

Outro limite encontrado se refere aos critérios de elegibilidade, que são necessários para delimitar o público-alvo destas políticas, contudo, são cada vez mais restritivos impedindo de “atingir a universalidade das famílias em situação de pobreza/indigência” (FONTENELE,2007,p.164). Muitos indivíduos que fazem parte

do público-alvo destas políticas não podem acessá-las devido à restrição dos critérios que selecionam os mais vulneráveis neste universo.

No quadro a seguir pode-se visualizar as semelhanças existentes entre os principais programas garantidos em cada política:

TABELA 2
Comparativo entre os principais programas das políticas de Assistência Social e Assistência Estudantil da Unipampa

	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIPAMPA
Definição	Política Social	Política de Estado
Principal Programa	Programa Bolsa Família	Programa Bolsas de Permanência - PBP
Legislação	- Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004	- Instrução Normativa nº. 05/09 de 19 de maio de 2009
Público-alvo	Sujeitos em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica	Sujeitos em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica
Cenário	Sociedade Brasileira	Universidade
Crítérios Exigidos	- Corte de Renda (até R\$ 120,00 mensal <i>per capita</i>); - Cadastro no CadÚnico.	- Corte de Renda (até um salário mínimo mensal <i>per capita</i>); - Matrícula em pelo menos 20 horas/aula semanais; - Preencher formulário do programas; - Para renovação ter aprovação em 60% dos créditos matriculados no semestre anterior e não reprovar por falta;
Condicionalidades	- Vacinação das crianças de até 7 anos; - Pesagem das crianças; - Participação das gestantes no pré-natal; - Matrícula escolar de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos; - Frequência escolar dos alunos.	- Desempenho acadêmico satisfatório; - Juntar notas fiscais durante o recebimento da bolsa para posterior avaliação;
Objetivos	- Transferência de renda para famílias mais pobres;	- Favorecer a permanência dos estudantes na universidade, até a conclusão do respectivo

	- Combate à fome e à pobreza; - Promoção do acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social.	curso; - Diminuir a evasão e o desempenho acadêmico insatisfatório; - Reduzir o tempo médio de permanência dos estudantes na graduação.
Valor total do Benefício	Varia de R\$22,00 a R\$200,00	Varia de R\$ 70,00 a R\$ 300,00
Referência	BRASIL. Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS . Brasília: MDS, 2008. Bolsa Família. In: Site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome . Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia . Acesso em: 20 dez. 2010.	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Instrução normativa n.05/2009 , de 19 de maio de 2009. Dispõe sobre o Programa Bolsas de Permanência da Universidade Federal do Pampa (PBP). Disponível em: http://www.unipampa.edu.br/portal/documentos/cat_view/44-instrucoes-normativas . Acesso em 18 nov. 2010.

Entretanto percebem-se, as contradições existentes na garantia e execução dos programas de transferência de renda tanto na sociedade como na universidade. Apesar das demandas serem cada vez mais prementes, encontram-se desafios a serem superados para que a maioria do público-alvo seja atendido e tenha acesso ao direito.

Neste espaço de contradições, tomando como ponto de análise a política de assistência estudantil, faz-se necessária a presença de um profissional crítico que tenha competência para desvendar a realidade social e propor estratégias e ações voltadas para a garantia destes benefícios aos estudantes.

Desta forma, o próximo item tenta obter uma aproximação do trabalho executado pelo assistente social na Unipampa, no que concerne à política de assistência estudantil, uma vez que este profissional ocupou desde o início da criação da PRAEC um espaço privilegiado nessa instituição.

4.2 Possibilidades do trabalho interventivo do assistente social na política de assistência estudantil da Unipampa

Na Universidade Federal do Pampa, a política de assistência estudantil como relatado anteriormente, começou a ser implementada com a presença de uma assistente social na gestão do setor, ocupando até hoje este espaço.

É importante destacar que a inserção do assistente social neste campo proporciona um olhar mais apurado e crítico diante da realidade que está posta na instituição. Uma vez que, a assistência estudantil é constituída por programas e benefícios voltados aos estudantes, o trabalho desse profissional colabora para a criação de estratégias efetivas no combate à evasão estudantil possibilitando uma formação de qualidade aos seus usuários.

Esse profissional é formado no curso superior de Serviço Social, “que se constitui numa especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade” (IAMAMOTO,2008,p.22).

A profissão de serviço social surgiu no Brasil no auge do crescimento capitalista, quando a questão social passou a ser evidenciada de forma mais profunda. Portanto, ela surge como forma de correção das consequências capitalistas:

A institucionalização do Serviço Social só ocorreu no contexto do capitalismo, em decorrência da divisão social do trabalho e do agravamento da questão social, aparecendo como uma das formas de correção da disfunção do sistema capitalista (BULLA,2000,p.163).

É válido ressaltar que suas primeiras ações se dão no âmbito das obras sociais da Igreja, que no início do século XIX procurava obter novamente espaços sólidos na sociedade civil utilizando-se de suas instruções normativas e ideológicas para ter influência social (IAMAMOTO,2007).

Tais ações eram direcionadas aos pobres e indigentes, pessoas que não tinham condições de suprir suas necessidades. Geralmente as profissionais eram

mulheres abastadas da sociedade que tinham o desejo de ajudar no bem-estar da sociedade, através de ações paliativas.

Durante este período as primeiras instituições assistenciais criadas não tinham em “vista o socorro aos indigentes mas sim a perspectiva de uma assistência preventiva, de apostolado social, atender e atenuar determinadas seqüelas do desenvolvimento capitalista” (IAMAMOTO,2007,p.166).

A partir da década de 30, quando o Estado começa a atuar como superintendente da gestão da assistência social, surge a necessidade de especialização do trabalho executado por estas mulheres, para a atuação nos espaços públicos. Dessa forma em 1936 surge a primeira Escola de Serviço Social em São Paulo, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –PUC/SP:

A demanda por esta formação técnica especializada crescentemente terá no Estado seu setor mais dinâmico, ao mesmo tempo em que passará a regulamentá-la e incentivá-la, institucionalizando sua progressiva transformação em profissão legitimada dentro da divisão social-técnica do trabalho (IAMAMOTO,2007,p.176)

Nesse sentido, nos anos que se seguiram a profissão passou por diversas transformações no seu interior, com mudanças que vão desde a sua orientação teórica até as práticas realizadas na sua intervenção. Isto teve como auge o Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-Americano que tinha como objetivo romper com um Serviço Social tradicional, cuja prática era caracterizada como: “empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada orientada por uma ética liberal-burguesa” (NETTO,2005,p.6).

A partir deste movimento da categoria profissional têm-se relevantes conquistas no âmbito da profissão, proporcionando que seja orientada por uma teoria social crítica, conhecida como marxismo, na sua vertente do método dialético crítico, que considera a realidade na sua totalidade, sem deixar de lado os aspectos históricos que a rodeiam e as contradições que a modificam.

Sendo assim, o trabalho do assistente social não tem mais como foco o indivíduo, com a intenção de ajustá-lo e integrá-lo ao seu meio (JUNQUEIRA, 1980),

mas sim as demandas enfrentadas por ele, tendo como objetivo fortalecê-lo para torná-lo protagonista de sua história.

A matéria-prima do Serviço Social são as mais variadas expressões da questão social, que perpassam a vida dos sujeitos sociais nas mais diversas áreas, e conseqüentemente requerem superação de suas condições de existência.

Para o atendimento destas demandas, o assistente social utiliza-se, segundo lamamoto (2008), de conhecimentos e habilidades adquiridos na formação, técnicas como entrevistas, visitas domiciliares, reuniões, encaminhamentos, recursos financeiros e materiais para que por meio das políticas sociais, que é uma das formas de garantia dos direitos sociais, se amplie a cidadania e proporcione o fortalecimento dos sujeitos atendidos.

Após as mudanças ocorridas dentro da profissão, percebe-se também como conquistas a criação de um projeto profissional da categoria que está explicitado no Código de Ética Profissional dos Assistentes Social de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e nas Diretrizes Curriculares de 1999.

Esse, por sua vez, coloca-se a favor da classe trabalhadora, no intuito de garantir a efetivação dos direitos sociais, a ampliação da cidadania, a defesa da democracia, o posicionamento a favor da equidade e a justiça social entre outros, levando como bandeira a construção de uma nova ordem societária, sem exploração ou dominação (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS, 1993)

De acordo com lamamoto (2008), o assistente social tem como público-alvo os segmentos mais pauperizados, que não têm acesso aos direitos sociais ou o tem apenas de forma precária. Dessa forma, entende-se a massiva concentração do Serviço Social no espaço sócio ocupacional da política de assistência social, uma vez que pressupõem o mesmo público a ser atendido.

Segundo Arcoverde (2010) as políticas tratadas neste trabalho são espaços privilegiados de intervenção do serviço social. Portanto, a assistência estudantil, tendo como foco a Unipampa, percebeu a necessidade deste profissional em seu quadro funcional. Além de assistentes sociais executoras das políticas sociais, como revela Netto (2005), tem-se o espaço para a gestão destas políticas no âmbito institucional.

Desta forma, a assistente social gestora formula os programas que mais se aplicam à satisfação das necessidades estudantis da Unipampa e descentraliza sua execução para cada Campus da Universidade.

Conforme a Lei de Regulamentação da Profissão isto se constitui como competência do assistente social: “elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares” (LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO,1993).

Como visto anteriormente, a principal manifestação da questão social hoje evidenciada na Unipampa é a situação de vulnerabilidade socioeconômica, que tem sido atendida principalmente pelo Programa Bolsas de Permanência.

O profissional, então, tem autonomia para fazer a seleção, avaliação e acompanhamento dos alunos beneficiados. Diante de outras demandas que são apresentadas, ele informa a PRAEC para que medidas necessárias sejam tomadas ou procura encaminhar o aluno à rede de atendimento do município do seu Campus.

Após a análise documental dos alunos inscritos para recebimento do benefício, passa-se à avaliação socioeconômica e por fim ao deferimento do benefício, selecionando a modalidade a ser recebida por cada aluno beneficiado.

Contudo, para a avaliação socioeconômica ou em qualquer fase do processo o profissional pode se utilizar das técnicas de entrevista, de visita domiciliar, reuniões para esclarecimentos e socialização das informações sobre os programas. Logo, o profissional adquire um maior conhecimento da realidade do aluno, que vai além da documentação exigida, para poder intervir de forma eficaz. Como coloca Miotto (2009):

Operacionalmente, os estudos socioeconômicos/estudo social podem ser definidos como o processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social. Sua finalidade imediata é a emissão de um parecer – formalizado ou não – sobre tal situação, do qual o sujeito demandante da ação / usuário depende para acessar benefícios, serviços e/ou resolver litígios (MIOTTO,2009,p.488).

Percebe-se que é a partir das outras técnicas que se executa o estudo socioeconômico, auxiliando nos subsídios necessários para a sua elaboração, levando em conta a totalidade da vida do sujeito, sua historicidade e as contradições que o permeiam, para desvendar aquilo que não está aparente.

A entrevista, portanto,

é um dos instrumentos que possibilita a tomada de consciência pelos assistente sociais das relações e interações que se estabelecem entre a realidade e os sujeitos, sendo eles individuais ou coletivos (LEWGOY & SILVEIRA,2007,p.235).

Estas entrevistas podem ocorrer de várias maneiras, porém, na Unipampa, as principais entrevistas que ocorrem são as não estruturadas que “privilegiam o diálogo aberto, conduzido preferencialmente pelos entrevistados” (MIOTO,2009,p.492), permitindo que o usuário se manifeste e coloque suas necessidades e situações vivenciadas para auxiliar na sua avaliação social.

Da mesma forma, as visitas domiciliares propiciam o conhecimento mais aprofundado do modo de vida do aluno. Neste contato, pode-se apreender aspectos que vão além de documentos, permitindo visualizar situações antes desconhecidas. Assim, pode-se dizer que as mesmas

tem como objetivo conhecer as condições (residência, bairro) em que vivem tais sujeitos e apreender aspectos do cotidiano das suas relações, aspectos esses que geralmente escapam às entrevistas de gabinete (MIOTO,2001,p.148).

Contudo, a visita domiciliar não pode ser confundida como forma de controle, fiscalização do uso correto do benefício, uma vez que este é direito do aluno. Cabe a ele, quando perceber que não se encaixa nos critérios entrar em contato com a PRAEC para suspensão do benefício.

Portanto, “hoje busca-se a formação de um profissional que analise a realidade social, pesquise, investigue e crie estratégias eficazes na transformação

da mesma” (IAMAMOTO,2008,p.49), sempre com a intenção voltada para o benefício do usuário.

Por isso é de grande relevância a utilização de instrumentos, uma vez que estes possibilitam uma melhor apreensão da realidade do sujeito, no caso do aluno. Como ressalta Prates (2003)

conhecer o cotidiano dos sujeitos é fundamental ao processo de trabalho do assistente social, pois é no cotidiano que o sujeito se expressa, é no espaço cotidiano que se materializam as expressões da questão social (PRATES,2003,p.110).

É válido dizer, ainda, que durante o período de recebimento da bolsa, o aluno se compromete em juntar as notas fiscais referentes aos gastos efetuados com o auxílio da Universidade. No final do período de vigência do benefício o aluno passa novamente por uma avaliação feita pelo assistente social, para continuação ou não do recebimento.

Assim como em toda a sua prática, o assistente social deve estar engajado na defesa dos direitos de seus usuários, sempre com a intenção de fortalecê-lo proporcionado melhores condições de vida e cidadania, uma vez que, as manifestações de desigualdade vivenciadas pelos sujeitos nas suas relações cotidianas influenciam em suas ações e desempenho dentro da própria instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível a existência de aspectos da política de assistência social nas ações de assistência estudantil da Unipampa mais especificamente, uma vez que ambas se destinam a suprir as necessidades dos mais pobres, abarcando programas e projetos voltados a este objetivo. É importante ressaltar também, que estas duas políticas começaram a receber uma atenção mais acurada no mesmo período – década de 30.

No governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930, a atenção à desigualdade social e ao crescimento da pobreza, exigiu por parte do Estado e da própria sociedade medidas mais eficazes para atendimento da população atingida pelos efeitos do aceleramento do capitalismo.

Nessa década a população pobre que não fazia parte da classe trabalhadora, ficava à mercê de doações e caridade por parte da igreja e da sociedade. Eram ações imediatas e de alcance restrito, pois atendiam apenas à demanda do momento. Já para a classe trabalhadora, o Estado criou amplas legislações garantindo vários benefícios. A preocupação inicial do Estado era manter a ordem na sociedade, impedindo que a classe trabalhadora se revoltasse contra a classe dominante devido à exploração de sua mão-de-obra, prejudicando deste modo a expansão capitalista.

Também no campo da educação medidas de assistência estudantil foram criadas para atender às necessidades dos alunos pobres. Essa assistência se constituía na doação de bolsas de estudo, material escolar, atenção médica gratuita entre outros benefícios, com o objetivo de possibilitar eficiência escolar aos estudantes.

Somente a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, é que se tem a compreensão da assistência social como direito dos cidadãos, sendo garantida a quem dela necessitar. Então, novas estratégias foram sendo criadas para o atendimento das demandas advindas das diversas transformações societárias.

A partir desta conquista social que foi a Constituição de 88, buscou-se romper com as antigas formas de garantia da assistência social enquanto ajuda e caridade. Passa-se a considerá-la como direito social, objetivando a proteção social do cidadão e o seu fortalecimento no que diz respeito às suas necessidades mais prementes. Nesse sentido, toda a população, que estiver em condição de necessidade, pode acessar a assistência social e requerer a sua garantia.

Também neste período novas legislações foram criadas no intuito de reforçar o que já estava explicitado na Carta Magna. Estas legislações modificaram todo o aparato burocrático da política de assistência social, reorganizando até mesmo sua forma de organização.

Deu-se relevância neste trabalho aos programas de transferência de renda por se assemelharem aos benefícios da política de assistência estudantil da Unipampa, também objeto de estudo aqui tratado. Desta forma, ao se perceber na atualidade o crescimento do acesso ao ensino superior por várias camadas da sociedade brasileira, fez-se necessária a criação de formas de manutenção destes estudantes na universidade até a conclusão de seu curso.

Sendo assim, a estratégia utilizada pela Unipampa são os programas contidos na política de assistência estudantil visando a uma formação de qualidade, evitando a evasão e auxiliando no provimento das condições dos estudantes advindos de várias partes do país. Além do fato de atenderem as mesmas manifestações da questão social: situações de vulnerabilidade social e/ou econômica, ambas as políticas utilizam-se dos programas de repasse de renda como estratégia de superação destas condições.

Portanto, como resultado deste trabalho apresentaram-se os principais conceitos da assistência social evidenciados na política de assistência estudantil, referindo-se principalmente aos critérios de seletividade, que apesar de necessários, estão cada vez mais restritivos no seu alcance, resultando na exclusão de muitos que também necessitam do acesso a estas políticas.

Nesse sentido, visualiza-se nas duas políticas que o principal critério exigido é com relação ao corte de renda *per capita* mensal da família. Esse na assistência social é baixo com relação ao da assistência estudantil, dificultando o acesso de muitos a garantia desta renda.

Um outro aspecto evidenciado nesta análise diz respeito às contrapartidas exigidas para o recebimento dos benefícios, estas revelam contradições, uma vez que se é direito social não se deveria exigí-las, mas ao mesmo tempo garantem o acesso da população excluída a outras políticas, como exemplo a educação. Outro fator relevante diz respeito ao valor dos benefícios que não chegam nem a um salário mínimo, valor este já considerado uma renda mínima para subsistência familiar.

Contudo apesar dos limites apresentados, percebe-se a importância do recebimento destes benefícios, pois os mesmos proporcionam aos beneficiários a participação na vida econômica, permitindo que estes invistam naquilo que julgam necessário para sua subsistência.

Este trabalho mostrou também algumas possibilidades de intervenção do assistente social na assistência estudantil. Sendo que o mesmo deve se colocar mais do que nunca a favor de seus usuários na defesa de seus direitos, possibilitando a autonomia do sujeito nas suas decisões, fortalecendo-o nas suas relações e primando pela igualdade e justiça social em toda a sua atuação.

Com relação a experiência de ensino aprendizagem vivenciada nestes quatro anos de formação profissional como bacharel em Serviço Social, obteve-se a apreensão de um vasto campo de conhecimentos que sem dúvida auxiliarão no trabalho profissional que requer o suporte de conhecimentos teóricos concisos. Os trabalhos práticos realizados principalmente na área de assistência estudantil despertaram o desejo de intervenção nesta área. Assim, se deu o aprimoramento no estudo desta temática para conhecimento mais aprofundado da realidade em que se atuava.

Por fim, pode-se dizer que a formação numa instituição pública, como é o caso da Unipampa proporcionou não apenas o aprendizado profissional mas também pessoal para o enfrentamento da realidade, no intuito de modificá-la enquanto constante dinamismo. Neste sentido o assistente social ocupa um espaço privilegiado enquanto profissional crítico, propositivo e interventivo, sempre comprometido com a garantia dos direitos e efetivação da democracia para construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ANGELIM, Cláudio Fontenelle. Assistência Social: uma questão de cidadania. **Revista Humanidades**. Fortaleza, v.17, n. 1, p.22-30, jan./jul.2002. Disponível em: <www.unifor.br/joomla/joomla/images/pdfs/pdfs_notitia/1501.pdf> Acesso em: 09 jul. 2010.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. O Serviço Social na Assistência Estudantil. In: **Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil**, 2010, Brasília.

_____. Assistência Estudantil e Aspectos Epistemológicos, Conceituais e Operacionais. In: **47ª Reunião Ordinária do FONAPRACE**, 2010, Brasília.

BARBOSA, Roseane de Almeida. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. 2009. 131f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=413> Acesso em: 23 nov. 2010.

BÍBLIA. 2007. **Bíblia de Estudo: Louvor e Adoração**. Nova Versão Internacional. São Paulo: SR Gráfica e Editora, 2007.

Bolsa Família. In: **Site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 20 dez. 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. p.575-591.

BRASIL. Decreto nº. 19.851 de 11 de abril de 1931. Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacao-1-pe.html>> Acesso em: 29 set. 2010.

_____. Decreto nº. 69.927 de 13 de janeiro de 1972. Institui, em caráter nacional, o Programa “Bolsa de Trabalho. Disponível em:

<<http://www.prolei.inep.gov.br/exibir.do;jsessionid=68BEDAB2D297355255DA6DB325389E1F?URI=http%3A%2F%2Fwww.ufsm.br%2Fcpd%2Finep%2Fprolei%2FDocumento%2F1815983080111067553>> Acesso em: 8 jul. 2010.

_____. Decreto nº. 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta e Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/97392/decreto-5209-04>> Acesso em: 25 out. 2010.

_____. Decreto nº. 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

_____. Capacita SUAS Volume 1. **SUAS**: configurando os Eixos de Mudança. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1.ed. Brasília: MDS, 2008.

_____. Capacita SUAS Volume 3. **Planos de Assistência Social**: diretrizes para elaboração. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1.ed. Brasília: MDS, 2008.

_____. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Resolução CFESS nº. 273/93 de 13 de março de 1993. Porto Alegre: CRESS, 2005.

_____. Constituição (1934). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 16 de julho de 1934, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm> Acesso em: 07 set. 2010.

_____. Constituição (1946). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 18 de setembro de 1946, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm> Acesso em: 07 set. 2010.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

_____. **Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS**. Brasília: MDS, 2008.

_____. Lei de Regulamentação da Profissão. Lei nº 8.662/9, de 7 de junho de 1993. Porto Alegre: CRESS, 2005.

_____. Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm> Acesso em: 24 jul. 2010.

_____. Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm> Acesso em: 25 out. 2010.

_____. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**: construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

_____. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB-RH/SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

_____. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em:
<http://www.sac.ufscar.br/assistencia_estudantil.pdf> Acesso em: 27 set. 2010.

BULLA, Leonia Capaverde. Origens e Profissionalização do Serviço Social no Brasil. In: **Entre caridade, solidariedade e cidadania**: história comparativa do Serviço Social Brasil/Alemanha. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 160-192.

CAMPI Unipampa. In: **Site da Unipampa**. Disponível em:
<<http://www.unipampa.edu.br>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira**: uma equação possível? 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 25.ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-29.

ELIAS, Paulo Eduardo M.; IBAÑEZ, Nelson.;VIANA Ana Luiza d'Ávila. **Proteção Social: dilemas e desafios**. São Paulo: Hucitec,2005.

ESTEVÃO, Ana Maria R. **O que é Serviço Social**.6.ed.São Paulo: Brasiliense,2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista**.11.ed.São Paulo:Cortez,2008.

FONTENELE, Iolanda Carvalho.A Política de Assistência Social no Brasil: o foco na família e a questão dos mínimos sociais.**Sociedade em debate**. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas;EDUCAT, v.13.n.2,p.153-173,Jul./Dez.2007.

GIL, Antônio Carlos.Métodos e técnicas de pesquisa social.5.ed. São Paulo:Atlas,1999.

GIMENES, Junia Garcia.et al. O processo de afirmação da assistência social como política social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, n. 2, vol. 8, jan/jun 2006. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c-v8n2_sonia.htm>Acesso em: 31 ago. 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade:trabalho e formação profissional**.11.ed.São Paulo:Cortez,2007.

_____.**Relações Sociais e serviço social no Brasil:esboço de uma interpretação histórico-metodológica**.20.ed.São Paulo,Cortez;[Lima, Peru]:CELATS,2007.

_____.**Serviço Social em tempo de capital fetiche:capital financeiro, trabalho e questão social**.2.ed.São Paulo: Cortez,2008.

JACCOUD, Luciana. Proteção Social no Brasil: debates e desafios.In: **Concepção e gestão social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO,2009.

JUNQUEIRA, Helena Iracy.Quase duas décadas de reconceituação do Serviço Social:uma abordagem crítica.**Revista Serviço Social e Sociedade**.São Paulo: Cortez,n.4,p.1-38,dez.1980.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense,2008.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica.7.ed.São Paulo: Atlas,2010.

LAVINAS, Lena.**Programas de Garantia de Renda Mínima: perspectivas brasileiras**.Rio de Janeiro: IPEA,1998. Disponível em:
<www.ipea.gov.br/pub/td/td0596.pdf>Acesso em: 21 out. 2010.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho.A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. **Revista Textos e Contextos**.Porto Alegre: PUC/RS,v.6.n.2,2007.Disponível em:
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/2315/3245>> Acesso em: 18 nov. 2010.

MENEZES, Josilene Estácio.**A política de assistência ao estudante: a bolsa de trabalho como instrumento de direito para a formação do aluno no CEFET-AL**.2003.Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco.Recife,2003.Disponível em: <<http://www.biblioteca-acaoeducativa.org.br/dspace/bitstream/123456789/2016/1/tese.pdf>> Acesso em: 23 nov. 2010.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**.3.ed. São Paulo: Cortez,2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº. 39 de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em:
<http://www.ufmt.br/servicos/editais/outros_editais/procev/word/portaria_pnaes_170809.pdf> Acesso em: 27 set. 2010.

MIOTO,Regina Célia. Perícia Social:proposta de um percurso operativo.**Revista Serviço Social e Sociedade**.São Paulo.n.67,Ano XXII,2001.

_____.Estudos Socioeconômicos.In:**Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**.Brasília:CFESS/ABEPSS,2009.p.481-496.

NETTO, José Paulo. O movimento de reconceituação 40 anos depois.**Revista Serviço Social e Sociedade**.São Paulo.n.84,p.5-20,nov.2005.

O que é o Reuni. In: **Site do Governo Federal**.Disponível em:
<http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28>Acesso em: 27 set. 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PÉREZ, Marcos. **Unipampa: uma conquista de todos**.Folheto Paulo Pimenta e Luiz Fernando Mainardi,2010.

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidade de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social**.2003. Pós-Graduação em Serviço Social.Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,2003.

RAICHELIS, Raquel. Gestão Pública e a questão social na grande cidade.**Lua Nova**. São Paulo,2006.Disponível em:<www.scielo.br/pdf/ln/n69/a03n69.pdf>Acesso em: 21 out. 2010.

_____.**Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática**.5.ed.São Paulo:Cortez,2008.

SELL, Carlos Eduardo. **Introdução à sociologia política: política e sociedade na modernidade tardia**.Petrópolis:Vozes,2006.p.19-78.

SIMÕES,Carlos.**Curso de direito do serviço social**.3.ed.São Paulo,Cortez,2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**.4.ed.São Paulo: Cortez,2008.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira [et al]. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**.8.ed.São Paulo: Cortez,2003.

_____. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social**.3.ed.São Paulo: Cortez,2007.

TENÓRIO, Nilvado Corrêa. O Ensino no Brasil: da República Velha à Reforma Francisco Campos – Uma releitura. **Revista Espaço Acadêmico**.nº.92. Disponível

em: <<http://www.espacoacademico.com.br/092/92tenorio.htm>> Acesso em: 25 out. 2010.

UNIVERSIDADE. In: **Site da Unipampa**. Disponível em: <<http://www.unipampa.edu.br/portal/>>. Acesso em: 27 set. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Estatuto Unipampa**. Disponível em: <<http://www.unipampa.edu.br/portal/estatuto>> Acesso em 27 set. 2010.

_____. Edital PRAEC/UNIPAMPA 02/2010 (PBDA). Disponível em: http://www.unipampa.edu.br/portal/dmdocuments/EDITAL_N2_-_PBDA_SELECAO_2010.pdf. Acesso em: 20 dez. 2010.

_____. **Instrução normativa n.03/2009**, de 31 de março de 2009. Dispõe sobre o Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico da Universidade Federal do Pampa (PBDA). Disponível em: <http://www.unipampa.edu.br/portal/documentos/cat_view/44-instrucoes-normativas>. Acesso em: 21 out. 2010.

_____. **Instrução normativa n.05/2009**, de 19 de maio de 2009. Dispõe sobre o Programa Bolsas de Permanência da Universidade Federal do Pampa (PBP). Disponível em: <http://www.unipampa.edu.br/portal/documentos/cat_view/44-instrucoes-normativas>. Acesso em: 27 set. 2010.

_____. **Projeto Institucional da Unipampa**. Disponível em: <http://moodle.unipampa.edu.br/file.php/115/Projeto_Institucional_2009_UNIPAMPA.pdf>. Acesso em: 21 out. 2010.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. **Ensino Superior, Assistência Estudantil e Mercado de Trabalho**: um estudo com egressos da UFMG. 2008. 203f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.posgrad.fae.ufmg.br/banco_objetos/BTD/pdf/1000000684.pdf> Acesso em: 23 nov. 2010.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007.